

Maria Ligia Prado
Gabriela Pellegrino

HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

Coleção
HISTÓRIA
NA UNIVERSIDADE

HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE

HISTÓRIA ANTIGA *Norberto Luiz Guarimello*

HISTÓRIA DA ÁFRICA *José Rivarir Macedo*

HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA *Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino*

HISTÓRIA MODERNA *Paulo Miceli*

Conselho da Coleção

Paulo Miceli – Unicamp

Tania Regina de Luca – Unesp

Raquel Glezer – USP

Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia

sem a autorização escrita da editora.

Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo da Obra,
com o qual não necessariamente concorda. As Autoras conhecem os fatos narrados,
pelos quais são responsáveis, assim como se responsabilizam pelos juízos emitidos.



Copyright © 2014 das Autoras

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Imagem de capa

Ricardo Acevedo Bernal, *Simón Bolívar* (óleo sobre tela)

Montagem de capa e diagramação

Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos

Lilian Aquino

Revisão

Ana Paula Luccisano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prado, Maria Lígia

História da América Latina / Maria Lígia Prado e Gabriela
Pellegriño. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-7244-832-1

I. América Latina – História I. Pellegriño, Gabriela. II. Título.

14-01514

CDD-980

Índice para catálogo sistemático:

I. América Latina : História 980

2014

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jayne Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa

05083-030 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

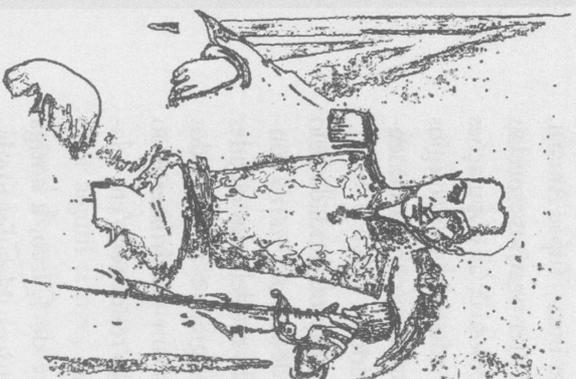


Sumário

Introdução.....	7
A crise dos domínios coloniais na América.....	11
Campanhas de independência nos vice-reinos espanhóis.....	25
O horizonte republicano nos Estados nacionais em formação.....	43
Projetos liberais e populações indígenas no século XIX.....	57
Educação e cidadania nos mundos rural e urbano.....	71
Construindo identidades: de Domingo F. Sarmiento a José Martí.....	87
A Revolução Mexicana.....	101
Novos atores em cena: inquietações na política e na cultura.....	115
Políticas de massas e reformas sociais.....	131
Che Guevara e os movimentos revolucionários latino-americanos.....	151
Ditaduras militares e sociedade civil.....	167
Cultura e política na América Latina contemporânea.....	185
Considerações finais.....	199

as trajetórias individuais de homens e mulheres só podem ser entendidas dentro dos limites articulados pelo contexto histórico mais amplo. Não estamos preocupadas com o simples julgamento das personagens (herói ou vilão), mas com a explicação dos múltiplos elementos que formam uma determinada conjuntura histórica na qual elas se encontram. Assim, acreditamos que a obra possa ser útil para estudantes e professores.

Esperamos poder transmitir neste livro um pouco do nosso fascínio pela História da América Latina. Acreditamos que ao conhecê-la o leitor terá novos horizontes para pensar as questões do presente e poderá entender as viscerais ligações históricas entre o Brasil e os demais países latino-americanos.



A crise dos domínios coloniais na América

No dia 18 de maio de 1781, o curaca José Gabriel Condorcanqui, descendente da nobreza do antigo Império Inca, foi executado no centro da praça central de Cuzco. Chefe político de povoados da província de Tinta, no Vice-reino do Peru, aluno egresso da Universidade de São Marcos, a mais antiga do Império Espanhol na América, assumiu o nome de Tupac Amaru II em referência ao seu antepassado Tupac Amaru. Este foi o último representante político do Império Inca no período que se seguiu à conquista do Peru, até ser capturado e morto pelos espanhóis, em 1574.

Cerca de dois séculos mais tarde, Tupac Amaru II teve sua língua cortada, o corpo arrastado por cavalos e esquarterado. A cabeça e os membros amputados foram pendurados para exibição pública em diferentes locais de Cuzco.



Como outros membros da linhagem de curacas incas, Tupac Amaru, como é conhecido, havia recebido da Coroa espanhola prerrogativas especiais e a incumbência de governar, em nome do regime colonial, as populações indígenas. Batizados com nomes cristãos e financeiramente educados nos colégios criados por missionários católicos, os curacas incorporaram comportamentos e repertórios introduzidos pelos espanhóis na América.

O Vice-reino do Peru estruturou-se a partir da capital fundada pelo conquistador Francisco Pizarro em 1535, a cidade de Lima. Pizarro concebeu o plano urbanístico de Lima como extensão do modelo das cidades espanholas. Da praça central onde se ergueriam a igreja e as sedes dos poderes políticos, irradiavam ruas retas, que formavam quadriláteros ao cruzarem com suas perpendiculares. A localização das residências em relação à praça simbolizava o *status* social de cada família.

Próxima à costa do oceano Pacífico, distante de Cuzco, a antiga capital do Império Inca, Lima assumiu ares aristocráticos. Nela foi fundada a Universidade de São Marcos, no ano de 1551, existente até hoje. O conhecimento cultivado e transmitido por São Marcos seguia os padrões das universidades espanholas, como a de Salamanca, com o privilégio da filosofia escolástica.

Também na capital estabeleceu-se, em 1543, uma sede da *Real Audiencia*, órgão todo-poderoso da administração colonial relacionado aos assuntos jurídicos. Além de Lima, Panamá, Santa Fé de Bogotá, Charcas, Quito e Concepción, pouco mais tarde transferida para Santiago de Chile, foram as cidades então integrantes do Vice-reino do Peru a sediar a *Audiencia*.

Desde o século XVI, após os primeiros tempos da conquista do Peru e de seu impacto destruidor para os habitantes dos antigos territórios incas, a Coroa espanhola esforçou-se para evitar o genocídio dos súditos americanos organizando os sobreviventes em povoados, os chamados *pueblos*, dotados de terra para o cultivo e de certa autonomia administrativa.

A medida possibilitou uma considerável recuperação demográfica das populações indígenas e mestiças nos dois séculos que se seguiram. No Vice-reino do Peru, cada *pueblo* tinha o dever de pagar à Coroa o tributo indígena e de enviar certo número de moradores para o cumprimento da *mita*, ou seja, de um trabalho gratuito realizado durante uma temporada

do ano. Os braços recrutados eram utilizados principalmente nas minas de ouro e prata, que aticavam o apetite e a imaginação da Europa moderna.

Em 1545, foram descobertas as jazidas de prata de Potosí, na cordilheira andina do chamado Alto Peru, atual Bolívia. Situadas na região de Charcas, jurisdição do Vice-reino do Peru, as minas de Potosí receberam um enorme fluxo de índios mitayos, recrutados para o trabalho temporário obrigatório. O trabalho envolvia não apenas a extração, mas também a fundição do minério, em fornos de elevadíssima temperatura. Para a tarefa de refinar a prata, que exigia maior especialização, também se recorria à mão de obra de escravos de origem africana. Embora em proporções demográficas pequenas, a escravidão negra subsistiu no Peru já independente até meados do século XIX.

As riquezas minerais de Potosí fizeram das elites da região de Charcas, por algum tempo, as pessoas mais ricas das Índias ocidentais, com renda anual de milhares de pesos. Os carregamentos de prata deixavam as terras altas em lombo de mula, em um longo percurso rumo às margens do oceano Atlântico, onde eram embarcados para o porto de Sevilha.

A despeito de tanta abundância, em meados do século XVIII, a velha Espanha deu-se conta de que muitas das riquezas obtidas com a exploração dos recursos humanos e naturais americanos haviam sido drenadas para o pagamento de dívidas contraídas com a Inglaterra, país então a caminho da industrialização. No Peru, as autoridades vice-reinais endureceram o sistema de arrecadação tributária e adotaram medidas para fortalecer seu controle sobre a sociedade colonial.

A reorganização abalou o *status* da nobreza indígena, dos curacas que até então haviam constituído um corpo distinto na sociedade do Antigo Regime espanhol. Para os índios comuns, a perda de poder por parte dos curacas fragilizou uma instância de proteção e negociação com que contavam em face das autoridades espanholas e dos *criollos*, ou seja, os descendentes de espanhóis nascidos na América. Os próprios curacas, de sua parte, ressentiram-se das mudanças em curso e alimentaram a utopia de restaurar o Império Inca. Essa imagem ajudou a alastrar pelos Andes a chama da rebelião iniciada por Tupac Amaru em 1780.

O curaca vinha procurando de variadas formas solicitar às autoridades vice-reinais o fim do cumprimento da *mita* pelos índios de Tinta nas

distantes minas de Potosí. Viajou a Lima, nas terras baixas que margeiam o oceano Pacífico, para expor à Audiência Real a desproporção entre o número de habitantes de Tinta e o número de *mitayos* requisitados para o trabalho em Potosí. Os índios levavam meses para alcançar o lugar caminhando, adoeciam e desfaleciam o labor agrícola em seus *pueblos* de origem.

Diante das segundas negativas recebidas, o cacique escolheu o caminho da insurreição. Em 4 de novembro de 1780, o corregedor de Tinta, Antonio de Ariaga, foi capturado e enforcado em praça pública, após a leitura de um documento que justificava a punição exemplar de um funcionário vice-reinal conivente com os abusos impingidos aos índios. A partir de então, a multidão que aderiu ao movimento marchou em direção a Cuzco, invadindo *obstajes*, isto é, as oficinas de produção têxtil existentes no mundo colonial, que impunham aos trabalhadores condições de vida opressivas. Em pouco tempo, os insurretos somavam milhares, entre índios, mestiços e negros traficados como escravos para o Peru colonial.

Já excomungado pela Igreja, Tupac Amaru alcançou os limites da antiga capital inca no dia 2 de janeiro de 1781, acompanhado de cerca de 40 mil homens. As tropas realistas, entretanto, adensadas pelos reforços vindos de Lima, conseguiram resistir. Os rebeldes recuaram para Tinta, para se reorganizarem, enquanto Tupac Amaru procurava negociar com o enviado da Coroa a Cuzco, o visitador Areche, e convencê-lo da legitimidade de suas reivindicações. No mês de abril, um cerco dos realistas provocou muitas baixas entre os rebeldes e obrigou Tupac Amaru e seus colaboradores mais próximos a se retirarem para o sul. No trajeto, sofreram uma emboscada e foram capturados. Conduzidos a Tinta, chegaram à cidade em tempo de assistir ao enforcamento de outros 70 caciques capturados. De lá seguiram para Cuzco, o umbigo do antigo Império Inca, agora palco para o espetáculo da morte de um curaca que acenava com a utopia de restaurar o passado glorioso, de um tempo anterior à chegada dos espanhóis.

A rebelião de Tupac Amaru teve repercussões importantes para todo o mundo colonial. Muitas das prerrogativas reservadas à nobreza indígena no Vice-reino do Peru foram suspensas. Quando, três décadas mais tarde, a Espanha foi invadida pelo exército de Napoleão Bonaparte e as colônias hispano-americanas começaram a movimentar-se para alcançar sua indepen-

dência, as elites peruanas se opuseram à possibilidade, temendo fragilizar sua posição perante as massas indígenas, que já haviam dado mostras de seu poder de insurreição. O Peru acabou emancipado da Espanha especialmente por obra da intervenção das tropas de San Martín, vindas da atual Argentina, e de Simón Bolívar, vindas das atuais Venezuela e Colômbia.

O medo de uma guerra generalizada de uma maioria indígena contra uma minoria branca compara-se ao medo relacionado ao fenômeno do haitianismo, de uma grande rebelião de escravos negros contra os colonizadores franceses.

INDEPENDÊNCIA DO HAITI

O Haiti foi a primeira colônia da América Latina a tornar-se independente de sua metrópole, a França, e o primeiro Estado das Américas a abolir a escravidão negra. No período colonial, chamava-se São Domingos e ocupava a porção ocidental da ilha de Hispaniola, enquanto a parte leste, que também se denominava São Domingos, era colônia da Espanha.

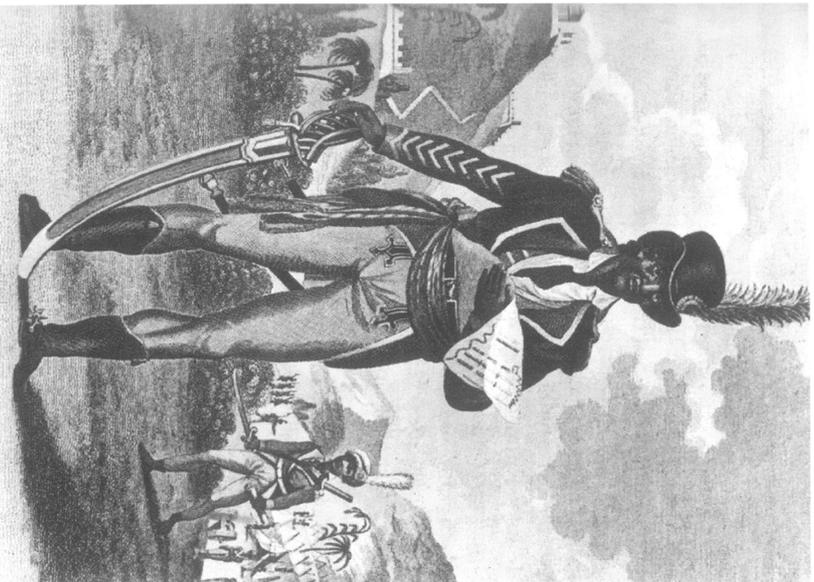
No século XVIII, representava uma colônia de extraordinária importância econômica para a França. Em 1789, era responsável por dois terços do comércio exterior do Império e o maior mercado individualizado de tráfico negroiro europeu. Para que uma minoria de senhores brancos pudesse manter o domínio sobre milhares de escravos – em 1790, somavam 465 mil –, sua subordinação baseava-se na brutalidade cotidiana e ~~em~~ em permissões exemplares, com requintes de perversidade.

O medo e a humilhação não impediram, porém, as fugas constantes, que multiplicavam os quilombos e os ataques de quilombolas às fazendas. No século XVII, a figura lendária de Mackandal, originário da Guiné, liderou um movimento que pretendia aterrorizar os brancos da colônia com técnicas de envenenamento. Mackandal terminou traído, capturado e queimado vivo.

No cenário marcado pela violência, houve, entretanto, brechas para relações mais humanizadas. François Dominique Toussaint, que mais tarde adotou o nome de Toussaint L'Ouverture (*abertura* em francês, sinalizando algo de novo), vinha de uma linhagem de chefes da cerca aia na África. Seu pai fora aprisionado e trazido a São Domingos em navio negroiro. O colono que o comprou – segundo nos conta o autor do clássico livro *Os jacobinos negros*, C. L. R. James – percebeu ser ele uma pessoa fora do comum e lhe deu certa liberdade na fazenda de produção açucareira, permitindo que cultivasse uma hora com ajuda de outros escravos.

Casou-se e teve oito filhos. Perto da casa-grande vivia um velho negro chamado Pierre Baptiste, “de notável caráter e algum conhecimento”, escolhido como padrinho do primogênito Toussaint. Ensinou a ele crioulo, francês, um pouco de latim e geometria. O menino cresceu sem trabalhar no eito. Cuidava dos rebanhos e manadas, tornou-se cocheiro do senhor e mais tarde administrador dos bens vivos da fazenda.

Quando eclodiu a revolta escrava em 1791, vivia com a esposa e os filhos na *plantation* Bréda, no norte da colônia. Uniu-se aos rebeldes no ano de 1793. Entre 1794 e 1802, tornou-se a principal autoridade da colônia. Mas com a invasão napoleônica, foi capturado e deportado para a França, onde faleceu no ano seguinte, em uma gelada prisão nos Alpes, fragilizado por cruéis torturas.



Marcus Rainford, 1805

Retrato do líder da Revolução de Independência Haitiana, François-Dominique Toussaint L'Ouverture (1743-1803).

A revolta dos escravos em São Domingos está associada aos acontecimentos revolucionários na França de fins do século XVIII, que ocasionaram, em 1794, a proclamação do fim da escravidão nas possessões francesas no ultramar. A deposição de Luís XVI e a instituição da Assembleia Geral, em 1789, haviam encorajado as aspirações autonomistas das elites coloniais nas Antilhas. Em São Domingos, como em outras ilhas francesas, formaram-se no mesmo ano Assembleias coloniais para pressionar por maior liberdade econômica e política. Paralelamente, negros e mulatos livres, numerosos em São Domingos, articularam-se para defender a ampliação de seus direitos de participação política. Os anos 1790 e 1791 assistiram ao agravamento das tensões entre as elites senhoriais e os homens livres não proprietários da colônia.

Em agosto de 1791, um acontecimento imprimiu novos rumos aos conflitos. Os escravos das fazendas açucareiras do norte de São Domingos, liderados por Toussaint L'Ouverture, levantaram-se contra seus senhores, exigindo melhores condições de trabalho nos canaviais e engenhos, com mais tempo livre para dedicar-se à própria roça.

Assustados, os senhores de escravos de outras partes da ilha pediram ajuda à Inglaterra, que forneceu tropas para ocupar o sul e o oeste de São Domingos e reafirmar o controle sobre a população de milhares de escravos nessas regiões. Em fevereiro de 1784, os jacobinos decretaram o fim da escravidão nas colônias francesas. Os escravos já não eram, oficialmente, escravos.

A ascensão de Napoleão Bonaparte ao governo francês marcou uma nova reviravolta no processo. Anulou a lei abolicionista de 1794 e enviou um exército de 25 mil homens, comandados pelo general Victor Emmanuel Leclerc, para restaurar a escravidão em São Domingos. Em 1803, apesar do êxito na captura de Toussaint, as tropas imperiais sofreram uma fragorosa derrota e foram expulsas da ilha. Muitos dos escravos nascidos na África traziam consigo a experiência de guerras travadas na terra natal, com táticas de combater em pequenos grupos, movimentando-se pelo território com grande agilidade.

Jean-Jacques Dessalines, um ex-escravo que ascendera à patente de general nas fileiras de Toussaint L'Ouverture, assumiu o comando da luta. Em 1804, os libertos, vitoriosos, proclamaram a independência do Haiti, apoiando-se em argumentos tomados da Ilustração e da Revolução Francesa. Naturalmente, os agora cidadãos haitianos contribuíram para alargar o alcance dos ideais iluministas, dotando-os de uma universalidade que não existia, senão, em termos muito vagos.

O Haiti tornou-se o primeiro e único país das Américas a associar a independência ao fim da escravidão. Nas demais colônias francesas no Novo Mundo, Martinica, Guadalupe e Guiana, a instituição sobreviveu até 1848. O mesmo ocorreu nas colônias espanholas na América, onde as guerras de independência favoreceram a alforria de muitos escravos que lutaram com os exércitos revolucionários, mas não asseguraram a abolição da escravidão.

Ao mesmo tempo, a rebelião de Tupac Amaru simboliza tensões que marcaram a história do Império Espanhol na América para além das fronteiras do Vice-reino do Peru. Procuremos traçar um quadro desse extenso espaço colonial.

Quando os espanhóis iniciaram a conquista da América, desde a histórica chegada de Cristóvão Colombo, em 12 de outubro de 1492, à ilha caribenha então batizada de Hispaniola, estima-se que houvesse em todo o continente americano 57 milhões e 300 mil habitantes. A região da Mesamérica, no atual México, era a mais densamente povoada, com 21 milhões e 400 mil nativos. A região dos Andes vinha em segundo lugar, com 11 milhões e 500 mil, seguida pelas planícies da América do Sul, com 8 milhões e 500 mil indígenas. A América do Norte aparecia em último lugar, atrás do Caribe e da América Central.

Antes que a história das populações americanas se encontrasse ou se reencontrasse com a europeia, se considerarmos a teoria das migrações pelo estreito de Bering, civilizações com formas variadas de organização social tiveram lugar nessa porção do mundo, em cenários complexos que, infelizmente, com frequência não se incluem nos manuais escolares.

Havia grupos indígenas nômades ou seminômades vivendo da caça e da coleta; havia populações sedentarizadas que aprenderam a dominar a natureza, cultivando a terra, sofisticando a cultura material e construindo importantes cidades, com uma complexa estrutura social e política. Confrontavam grandes grupos etnolinguísticos, que por sua vez se subdividiam em uma extraordinária multiplicidade de línguas. Ao longo de todo o período colonial, o aprendizado muitas vezes precário do idioma espanhol não implicou o desuso das línguas aborígenes.

A partir do século XVI, os europeus desenvolveram relações diferenciadas com os indígenas. Nos Andes e na Mesamérica, as populações

autóctones foram vistas como mão de obra necessária para o trabalho nas minas, na lavoura ou nos *obras*. Ao mesmo tempo, receberam com maior regularidade as intervenções das autoridades coloniais, dos colonos em geral, dos padres e missionários. Nessas regiões foram intensos os processos de miscigenação ou de incorporação de padrões de conduta e de compreensão do mundo trazidos pelo colonizador, com todas as tensões e estratégias de resistência que esses processos envolvem.

Em outras partes do mundo colonial, como a região da Araucânia, no atual Chile e, em menores proporções, na atual Argentina, os índios permaneceram nas margens, fazendo comércio, não raro guerreando ou aceitando tratados de paz com os novos soberanos do território.

Pelo Tratado de Tordesilhas, assinado com o reino de Portugal em 1494, caberiam à Espanha as terras descobertas ou a descobrir a oeste da linha imaginária de Tordesilhas. Situada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, a linha reservava a Portugal o que hoje seria uma porção do território brasileiro, porção que acabou sendo, como é sabido, em muito ultrapassada pela colonização portuguesa. Da mesma forma, na América do Norte, Inglaterra e França conseguiram, sobretudo a partir do século XVII, controlar territórios que a Espanha imaginava seus.

As possessões espanholas na América estendiam-se da Mesamérica à Terra do Fogo, no extremo sul, separada do continente pelo estreito oceânico atravessado em 1520 pela primeira viagem de circum-navegação, realizada por Fernando de Magalhães. A partir de 1492, diferentes expedições partindo da ilha de Hispaniola obtiveram autorização real para enveredar pelo continente e proceder à conquista. Muitos soldados espanhóis traziam consigo experiências das guerras de Reconquista, as quais culminaram, no mesmo ano de 1492, com a expulsão dos mouros do sul da península ibérica.

As façanhas dos que, munidos de poucos soldados, cavalos e armas de fogo, submeteram impérios grandiosos, continuam intrigando e seduzindo os estudiosos da História.

Vejamos como se organizaram, além do Peru, os demais vice-reinos espanhóis na América.

O Vice-reino da Nova Espanha formou-se sobre as bases do Império Asteca, a partir de 1519, ano de sua conquista por Hernán Cortés e suas cinco

centenas de soldados. Tendo como ponto inicial da viagem exploratória a já mapeada ilha de Cozumel, próxima à costa leste do México, contornou a península do Iucatã e alcançou Vera Cruz, onde foi rezada a primeira missa. Em Veracruz se estabeleceu, em julho do mesmo ano, o primeiro *cabildo*, ou conselho municipal, a exemplo dos existentes nos municípios espanhóis.

Cortés avançou em direção ao Vale do México, palco do impressionante encontro, preparado por emissários astecas, com o imperador Montezuma. O deslumbramento dos forasteiros com a civilização descoberta culminou com a chegada a Tenochtlilán, cidade de 200 ou 300 mil habitantes, comparável a grandes capitais imperiais como foram Roma e Constantinopla.

Em agosto de 1521, depois de sangrentos combates, Tenochtlilán foi tomada pelos conquistadores. A cidade ficou vazia com a fuga em massa após a rendição. Mas Cortés estava decidido a fazer dela o novo centro do governo, revestindo suas ruínas de símbolos do novo poder. Instalou-se no palácio de Montezuma, dando o exemplo a outros soldados que recrutaram os braços indígenas para recuperar, com estilo espanhol, os antigos palacetes mexicas.

Em meio às doenças que ceifavam vidas nativas, novas levas de colonizadores começaram a chegar. Vieram também mulheres, embora em número muito menor, contribuindo para disseminar os casamentos interétnicos e diferentes níveis de miscigenação. Com o estabelecimento das primeiras ordens missionárias na Nova Espanha, com destaque ao papel desempenhado pelos franciscanos nesse primeiro momento, o trabalho de catequese e de ensino do castelhano constituiu-se em uma prática fundamental para a incorporação dos índios à nova ordem.

Cronistas, missionários, humanistas e funcionários reais procuraram descrever, decodificar e moldar o cenário social tão movel. Cédulas reais dos imperadores Carlos V e, na segunda metade do século XVII, Filipe II, procuraram ordenar a convivência e as obrigações recíprocas, no seio da ordem monárquica, entre a “república” espanhola e a “república” dos índios.

Como na prática a voracidade dos colonos tenha, com frequência, ultrapassado as disposições legais que buscaram proteger os indígenas, estabeleceram-se instâncias jurídicas às quais as populações nativas podiam apelar em defesa de seus direitos: além da Audiência, os Tribunais de Província, o Conselho de Índias ou, a partir de sua instalação em 1592, o *Juzgado*

General de Indios. Os dois primeiros vice-reis da Nova Espanha, Antonio de Mendoza (1535-1550) e Luis de Velasco (1550-1564) aceitavam que os indígenas lhes apresentassem pessoalmente denúncias contra abusos sofridos.

O funcionamento das instâncias de apelação jurídica estimulou a mobilização das comunidades indígenas que se formaram a partir de meados do século XVI, como ocorreu no Peru. Nem sempre as comunidades obtiveram ganho de causa nos pleitos que reclamavam contra a espoliação de terras originárias, a cobrança abusiva do dízimo ou do tributo indígena. Mas é fato que a possibilidade de solução jurídica dos conflitos contribuiu para uma diminuição das revoltas rurais ao longo dos séculos XVII e boa parte do XVIII. Ao longo desse período, os *pueblos* de índios na Nova Espanha experimentaram um movimento de recuperação demográfica e de reorganização identitária. Os *vecinos* de origens variadas reunidos em um mesmo *pueblo* assimilaram o calendário de festas católicas, escolheram um santo protetor para a comunidade, construíram uma narrativa sobre as relações ancestrais que guardavam com aquele local.

Em algumas regiões do Vice-reino, essa integração à ordem colonial alcançou maior sucesso do que em outras. As populações de origem maia do sul do México e da América Central, por exemplo, afirmaram com maior contundência sua condição marginal e resistente em face da colonização. Estabelecidas havia mais de dois mil anos naquela região, organizadas em cidades com sofisticada arquitetura e senhoras de um repertório cultural que envolvia um sistema de escrita e elaborados conhecimentos astronômicos, essas populações realizaram grandes revoltas indígenas nas primeiras décadas que se seguiram à conquista e, em uma nova onda de injunções, nas últimas décadas do século XVIII.

Mas mesmo onde a ordem estava bem fincada, as relações entre colonos e colonizados foram potencialmente explosivas. Expressão disso foi, dando um salto no tempo, o primeiro movimento de independência do México, iniciado em 1810. Na província de Guanajuato, ao norte da cidade do México, uma multidão de índios pobres, exaurida pelo trabalho nas minas e no campo, respondeu ao chamado do padre Miguel Hidalgo no conhecido *Grito de Dolores* para liberta-se da opressão dos “guachupines”, os espanhóis. Sejos Vice-reinos da Nova Espanha e do Peru se estruturaram logo após a conquista espanhola de extensos territórios no continente america-

no, somente cerca de dois séculos mais tarde essa estrutura administrativa seria revista, com vista a torná-la mais eficiente.

Ao longo do século XVIII, a ~~geografia~~ política do Vice-reino do Peru sofreria importantes alterações. Em 1737, o norte da América do Sul foi demembrado do restante do território, com a criação do Vice-reino de Nova Granada. A nova jurisdição correspondiam os atuais contornos da Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. Embora Bogotá, nas terras altas dos Andes, tenha sido escolhida como capital do Vice-reino, coube à cidade de Caracas, na costa atlântica, o protagonismo econômico nos tempos que se seguiram. A cultura do cacau espalhou-se pela região e enriqueceu uma dinâmica elite em meio à qual desportaria, alguns anos mais tarde, o libertador Simón Bolívar. Essa prosperidade contribuiu para que, em 1777, a Venezuela fosse alçada a capitania geral, com maior independência em face de Nova Granada.

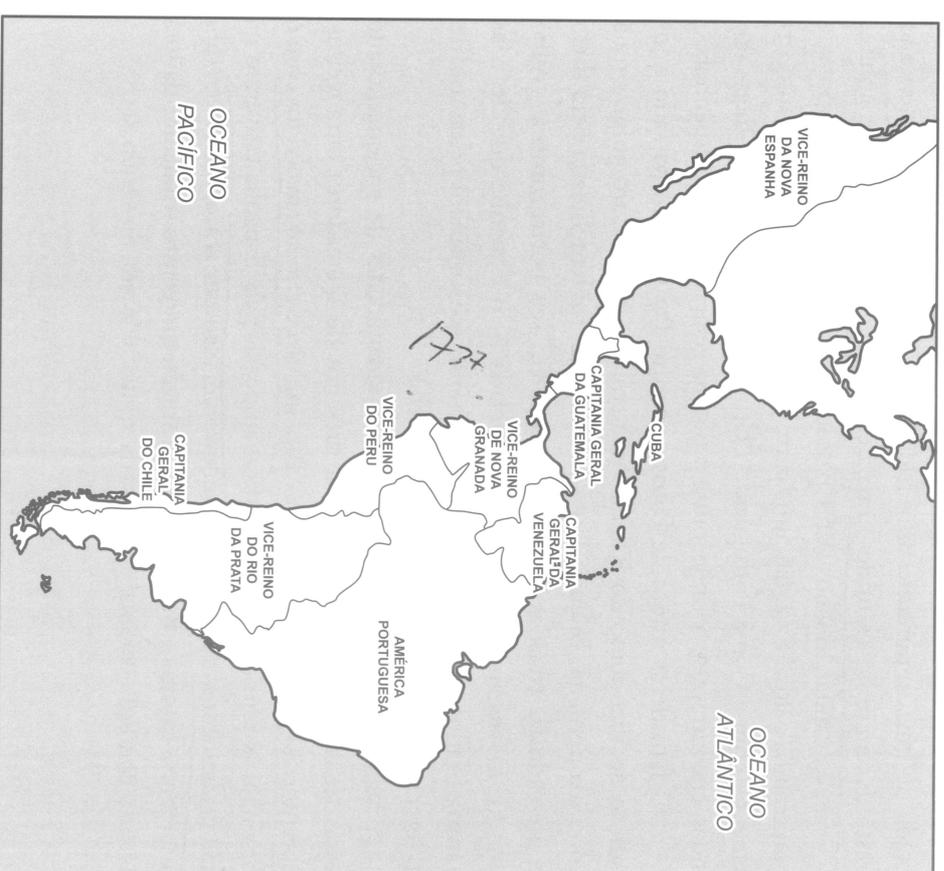
O Vice-reino de Nova Granada abarcou cenários geográficos e sociais muito variados. Paralelamente ao desenvolvimento da cultura do cacau, manteve-se ativa a exploração mineradora nas encostas meridionais da cordilheira andina, como na província de Popayán. A atividade baseava-se no trabalho escravo de africanos e seus descendentes e no recrutamento de índios para o cumprimento da *mita*.

O tráfico negreiro tinha na cidade de Cartagena das Índias, no norte da atual Colômbia, um porto cativo para alimentar esse substantivo mercado de escravos da América espanhola continental. Em 1778, os 51.802 negros computados pelo censo correspondiam a 6,98% da população de Nova Granada.

Nos arredores de Bogotá, nas províncias de Condinamarca e Boyacá, populações indígenas, especialmente da etnia chibcha, organizavam-se em comunidades agrárias, à maneira dos *pueblos* que se formaram nos Vice-reinos do Peru e do México. Como nessas regiões, os indígenas foram alvo de um contínuo trabalho carequético por parte da Igreja Católica, instigação que consolidou, em Nova Granada, um lugar de poder e riqueza comparável ao conquistado no México ao longo da época colonial.

Por outro lado, a vastidão da floresta amazônica atraía incursões de exploradores naturalistas, em busca de preciosidades da fauna e da flora, para fins medicinais ou de catalogação científica, na voga da publicação do livro *Sistema da natureza*, do sueco Carl Lineu, em 1735. Diferentes naturalistas europeus viajaram ao Vice-reino de Nova Granada entre fins

do século XVIII e princípios do XIX, para subir o rio Orinoco em direção à Amazônia. Os viajantes não puderam prescindir do apoio dos estudiosos locais, com os quais se corresponderam e ocasionalmente se encontraram. A inquietação de homens envolvidos no processo de revolucionar o conhecimento humano — em bases racionais e empíricas — não passou ao largo da atmosfera intelectual e educacional da capital vice-reinal, Bogotá.



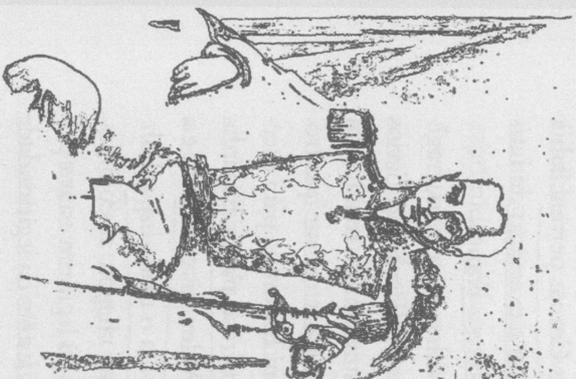
Mapa de vice-reinos e capitânias. América espanhola em fins do século XVIII, com a demarcação dos quatro vice-reinos e das quatro capitânias gerais, que eram subdivisões administrativas de caráter militar circunscritas a regiões com importância estratégica.

Em 1776, foi a vez de as regiões meridionais da América se separarem do Vice-Reino do Peru com a criação do Vice-Reino do Rio da Prata. Localizada às margens da baía do Prata, Buenos Aires era uma convidativa porta de entrada para os grandes rios que penetravam o território. Tornou-se estratégico que a Espanha protegesse o lugar da cobiça de comerciantes e piratas vindos, sobretudo, da Inglaterra. Embora houvesse na região alguns lugares de sólida presença colonial, como a cidade de Córdoba, desde o século XVII dotada de uma importante universidade, o sul do continente americano constituía, em muitos sentidos, uma área marginal dos domínios espanhóis.

Feita capital, Buenos Aires passou a administrar um território que compreendia o atual Paraguai, uma parte da atual Bolívia e, em disputas permanentes com a Coroa Portuguesa, o Uruguai. A oeste da Cordilheira dos Andes, encontrava-se o Chile, outra capitania geral da América espanhola.

O fato de as minas de Potosí, no Alto Peru, terem passado à jurisdição do Vice-reino do Rio da Prata constituiu um duro golpe para a economia peruana. Buenos Aires, por sua vez, foi beneficiada pelo fluxo de mercadorias trazidas para embarcação em seu porto rumo ao Velho Mundo. Da mesma forma, foi beneficiada pelo desembarque de bens manufaturados que os comerciantes portenhos distribuíam pelos confins do território, navegando pelos grandes rios.

Muitos forasteiros vislumbraram oportunidades de enriquecimento nessas transações, tornando forte a presença de mercadores estrangeiros, sobretudo ingleses, nessas paragens. Para ingleses e criollos envolvidos com o comércio, as restrições monopolísticas impostas pela Espanha estiveram na base de crescentes tenções com a metrópole. Não por acaso, como veremos no próximo capítulo, Buenos Aires constituiu um centro irradiador da luta contra a condição colonial ao longo da segunda década do século XIX.



Campanhas de independência nos vice-reinos espanhóis

Em determinados períodos da História, há mudanças significativas que acontecem em curto espaço de tempo. Foi assim no início do século XIX, mais precisamente entre 1808 e 1824, na América de colonização espanhola. Em pouco mais de uma década, o imenso Império Espanhol na América desmoronou e novos Estados independentes surgiram.

Se quisermos apontar para o estopim político desses extraordinários acontecimentos, temos que nos reportar aos desdobramentos políticos e militares europeus que se seguiram à Revolução Francesa de 1789. A França, sob o comando de Napoleão Bonaparte, envolveu-se em guerras no continente europeu, aí incluída a península ibérica. Como bem sabemos, os exércitos franceses invadiram Portugal, levando D. João a vir para o

Brasil. A Espanha, aliada “natural” da França, pois as Coroas pertenciam à mesma dinastia dos Bourbon, mudou de posição com a execução de Luís XVI, em 1793, pelos jacobinos, entrando em guerra com a França.

Na Espanha, as disputas entre Carlos IV e seu filho, Fernando, fragilizavam o poder real. O desfecho desse conflito foi a abdicación de Carlos em favor de seu filho. Mas a situação com a França estava muito tensa, com as tropas de Napoleão acantonadas no norte da Espanha. Nesse quadro, pai e filho encontraram-se, a convite de Napoleão, em Bayonne, para acertar as questões entre os dois países. O resultado desastroso para a Espanha foi o aprisionamento de Fernando VII no castelo de Valença, em 1808, e a nomeação de José Bonaparte, irmão de Napoleão, para o trono espanhol.

Quando a notícia da captura de Fernando VII chegou às colônias, apresentou-se aos *criollos* uma situação inesperada: o rei legítimo estava prisioneiro e um francês ocupava o trono espanhol. As questões da legitimidade do poder constituído e da fidelidade ao rei estavam postas em discussão.

Na Espanha, houve grande resistência ao rei estrangeiro. Um levante popular sacudiu Madri e foi fortemente reprimido pelos franceses. Uma Junta Suprema Central foi organizada em Sevilha para defender a soberania espanhola e tentar expulsar os franceses. Porém, em 1810, estes também tomaram Sevilha e a oposição espanhola se deslocou para Cádiz. Nessa cidade, foi tomada uma importante decisão, qual seja, a da convocação de cortes constituintes que deveriam escrever a primeira constituição espanhola. Depois de longos debates, que contaram com a participação de alguns representantes vindos das colônias, ela foi promulgada, em 1812, defendendo os princípios liberais e colocando alguns limites à monarquia espanhola, quando o rei legítimo voltasse ao poder. Com relação às colônias, mantiveram-se restrições à liberdade de comércio e à desigualdade dos direitos de representação política.

A agitação política se espalhava pela América espanhola. Desde 1808, começaram a se formar em diversas cidades – Buenos Aires, Montevideu, Caracas, México, La Paz, Bogotá, Santiago, Quito – Juntas de governo organizadas pelos *cabildos* municipais nas quais se reuniam os representantes das elites locais. A questão principal em debate dizia respeito ao juramento de

fidelidade ao rei cativo, Fernando VII, ou a José Bonaparte. Estas primeiras manifestações, em que havia vislumbres de rebeldia, foram rapidamente reprimidas pelas autoridades espanholas. Porém, em 1810, novas Juntas se formaram e propuseram iniciativas mais concretas como, por exemplo, a instituição do livre-comércio. Mas, de maneira geral, as Juntas na América mantiveram-se fiéis a Fernando VII e demonstraram uma postura moderada e cautelosa sobre uma possível ruptura com a metrópole.

Esses acontecimentos políticos, por si só, explicam os movimentos de independência? Pensamos que não e, por isso, voltemos os olhos para as colônias para entendermos os descontentamentos sociais e políticos de sua população.

Para tanto, se faz necessário visitar o século XVIII e conhecer as reformas propostas pelos reis da dinastia dos Bourbon, especialmente por Carlos III, que governou de 1759 a 1788. As reformas visavam à modernização da Espanha e de suas relações com as colônias. Para melhor controlar o vasto território da América do Sul, que contava apenas com o Vice-reinado do Peru, foram criados mais dois, o de Nova Granada, em 1739, e o do Rio da Prata, em 1776.

As reformas se dirigiram fortemente para a área da economia. Não restam dúvidas de que nos últimos 35 anos do século XVIII, aconteceram mudanças econômicas importantes. Assim, de um lado, foi posto em prática um modelo mais eficaz de taxaço e arrecadação de impostos. De outro, foram abrandadas as regras estritas do comércio exclusivo entre a América e sua metrópole para, entre outros objetivos, diminuir o comércio de contrabando. Terminava o sistema de portos exclusivos – como Porto Belo, Vera Cruz, Caragena – imposto pela metrópole desde o início da colonização. Outros 20 foram autorizados a fazer comércio com a Espanha, onde também caiu o monopólio de Cádiz. Do mesmo modo, a Coroa criou nove guildas (associações) de comerciantes rompendo com o monopólio, até então existente, dos dois únicos Consulados de Comerciantes, o do México (desde 1594) e o de Lima (desde 1613). Em 1778, estabeleceu-se o livre-comércio entre as colônias, antiga solicitação dos *criollos*.

O afrouxamento das relações comerciais entre a Espanha e suas colônias, projetado para o benefício da metrópole, produziu impacto na

América e demonstrou as dificuldades de conciliar interesses opostos. Os comerciantes espanhóis e seus representantes nas colônias reclamavam a volta das restrições que outrora lhes proporcionaram lucro e segurança e os *criollos* consideravam insuficientes as mudanças, desejando o livre-comércio com todas as nações do mundo.

Essas reformas que preconizavam maior controle da Espanha sobre suas colônias fecharam algumas portas para a ascensão social e política dos *criollos*, que passaram a ter mais obstáculos para alcançar altos postos das carreiras administrativas e eclesiásticas. Com isso, os ressentimentos dos nascidos na América diante das regalias e privilégios desfrutados pelos peninsulares (os nascidos na Espanha) tenderam a crescer e se aprofundar.

Com relação aos segmentos mais pobres da sociedade, não houve qualquer iniciativa por parte da Coroa para que sua situação melhorasse. Desde o início da colonização, a Coroa havia montado uma estrutura de controle social hierarquizada e rígida que determinava o lugar de cada um na sociedade. A população indígena, numericamente majoritária, sofria com as discriminações e opressão sofridas. Os índios deviam pagar tributo específico ao rei e estavam submetidos a várias modalidades de trabalhos forçados como a *mita* (trabalho obrigatório nas minas) ou os *obrajes* (trabalho compulsório na produção artesanal têxtil). Ainda que os escravos negros não fossem a principal força de trabalho, estavam disseminados por todas as colônias, sendo mais importantes nas plantações do Caribe, nas costas da Venezuela e nas minas de ouro da Colômbia.

Todas as generalizações sobre os movimentos de independência nas colônias espanholas correm o risco de ser simplificadoras, pois há muitas especificidades próprias de cada região. Entretanto, de forma didática, podemos dizer que, entre 1808 e 1810, os *criollos* ilustrados manifestaram suas inquietações por meio da criação de Juntas autônomas que indicavam sinais potenciais de mudança. Progressivamente, o movimento se radicalizou chegando à luta armada que dividiu o mundo colonial entre rebeldes e defensores da Coroa real.

Entre 1810 e 1814, os insurgentes formaram exércitos que conquistaram muitas vitórias sobre as forças realistas, parecendo anunciar a

// ruptura total com a metrópole. Esses anos correspondem aos do cativoiro de Fernando VII e da dominação francesa sobre a maior parte do território espanhol. Desse modo, a maior preocupação da Junta Suprema (de Sevilha e depois de Cádiz) se concentrava na organização da resistência espanhola aos franceses. Os primeiros reforços enviados para combater os insurgentes americanos foram pagos pelos comerciantes de Cádiz, interessados em não perder os mercados coloniais para seus concorrentes estrangeiros. Das colônias, os comandantes espanhóis faziam repetidas solicitações de reforços, desde Montevideu até Lima e Caracas, sem obter os resultados esperados.

Porém, quando os exércitos de Napoleão foram derrotados em 1814, Fernando VII voltou à Espanha e retomou a coroa de José Bonaparte. Derrotar definitivamente os rebeldes americanos. Em fevereiro de 1815, a grande expedição do general Pablo Morillo, com 10 mil homens e 18 navios de guerra, partiu para Caracas, pois o norte da América do Sul fora considerado o lugar com as necessidades mais urgentes. Com a chegada das forças espanholas, o movimento rebelde atravessou um período de derrotas, pondo em risco tudo que havia sido alcançado anteriormente. Mas a violenta repressão aos rebeldes com muitas prisões e fuzilamentos provocou mais insatisfação nas colônias. Os insurgentes não apenas sobreviveram, mas também ganharam fôlego e marcharam em direção à independência.

Em 1820, os dois vice-reinados mais importantes do Império Espanhol, a Nova Espanha (futuro México) e o Peru, ainda não haviam alcançado a independência. No entanto, cinco anos mais tarde, com a derrota definitiva das forças realistas no Alto Peru (atual Bolívia), todo o continente rompera com suas metrópoles. O Brasil também declarara sua independência de Portugal. Apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico permaneciam sob o domínio da Espanha.

A narrativa minuciosa dos azares da longa e sangrenta guerra na América do Sul comporia um formidável romance de aventuras, com episódios dramáticos e épicos. A região esteve exposta a uma luta incerta, em que a vitória de um dos lados não era evidente e em que a sorte mudou de rota muitas vezes. As sociedades dividiram-se entre a adesão à causa da

independência e a lealdade à Coroa espanhola. O medo e a insegurança estavam incorporados à população, ao mesmo tempo que a esperança e a crença na possibilidade de transformações positivas faziam emergir aspirações sociais diversas e conflitantes. Quando a guerra começou, pôs em relevo tais conflitantes expectativas e alimentou sonhos de diversos segmentos da sociedade. O historiador peruano Flores Galindo nos fala de vários murais llimenhos do começo do século XIX, que retratavam a imagem do mundo de ponta-cabeça: o réu aparecia aguardando o juiz, o usurário exercendo a caridade, os toureiros investem contra os touros.

Dentro desse amplo quadro, as lideranças militares que comandaram os exércitos insurgentes desempenharam papel importante. Na América do Sul, os dois grandes generais foram o venezuelano Simón Bolívar e o argentino José de San Martín. Porém, se não há exércitos sem comandantes, também não há guerra sem adesão e participação dos diversos setores da sociedade. Assim, é imprescindível levar em consideração essas duas dimensões da insurreição. Vamos começar pelo primeiro ponto, apresentando a trajetória dos dois grandes líderes da independência.

José de San Martín nasceu em Yapeyú, povoado da atual província de Corrientes, em 25 de fevereiro de 1778. Seu pai era um militar espanhol que estava no Rio da Prata a mando da Coroa. Aos 6 anos de idade, a família voltou à Espanha, onde San Martín estudou, tendo ingressado na carreira militar. Ganhou experiência ao participar de batalhas no norte da África e no território espanhol contra as tropas de Napoleão que tinham invadido o país.

Recebia regularmente notícias de Buenos Aires, onde, a partir de 1810, havia começado o movimento pela independência. Como membro de uma sociedade secreta que defendia as ideias liberais, estava convencido de que era preciso combater o Antigo Regime. Assim, em 1812, decidiu abandonar sua carreira na Espanha e dirigir-se ao Prata. No próprio ano de sua chegada, com patente de tenente-coronel, assumiu o comando de um regimento que venceu os espanhóis na batalha de São Lourenço. A independência das Províncias Unidas do Rio da Prata foi proclamada em Tucumán em 9 de julho de 1816.

San Martín tinha uma ampla visão do quadro geral da América do Sul e, desse modo, entendia que a consolidação da vitória sobre os espanhóis só seria alcançada se o Peru, baluarte das forças realistas, fosse li-

bertrado. Seu plano era chegar a Lima passando pelo Chile. Mas para tanto, era preciso cumprir a difícil façanha de atravessar os Andes. Durante três anos, preparou uma expedição que contou com a mobilização de 5.500 homens, entre eles um significativo contingente de escravos negros vindos de Buenos Aires. Durante a célebre travessia, houve baixa de 400 soldados.

As forças de San Martín foram bem-sucedidas em sua passagem pelo Chile. Mostraram-se fundamentais na batalha de Maipú, que ocorreu em abril de 1818 e que consolidou a independência do Chile, proclamada por Bernardo O'Higgins, dois meses antes.

Mas o objetivo final era libertar o Peru. Assim, uma expedição de 4 mil homens em 23 navios deixou o Chile, em agosto de 1820, em direção a Lima. A tomada da capital do Vice-reinado do Peru ocorreu em 28 de julho de 1821, quando a independência foi proclamada.

San Martín foi um grande líder militar, porém não demonstrou ter habilidades políticas suficientes para governar o Peru. Depois de grande resistência a sua liderança, incapaz de contornar os problemas pós-independência, resolveu deixar tudo e partir, em 1824, para a Europa com sua filha de 8 anos, Mercedes Tomasa, cuja mãe havia falecido um ano antes. Viveu na Bélgica e na França, até sua morte, em 1850. Na Argentina, é considerado "herói nacional". E, como tal, teve suas cinzas, em 1880, trasladadas para Buenos Aires e depositadas em mausoléu na catedral da capital.

A outra grande figura da independência, Simón Bolívar, também teve uma vida repleta de peripécias. Nasceu em Caracas, em 24 de julho de 1783, filho de uma rica e tradicional família de fazendeiros de cacau. Órfão desde muito cedo, foi criado pelo avô, que lhe proporcionou uma esmerada educação de inspiração liberal entregue ao lendário e radical preceptor Simón Rodríguez. Como era comum entre os *criollos* mais ricos, viajou várias vezes à Europa, tendo passado por França, Itália e Espanha. Neste último país, casou-se com María Teresa del Toro que, após oito meses de casada, faleceu em terras venezuelanas, de febre amarela, para grande desgosto do marido.

Entre idas e vindas da Europa, instalou-se definitivamente na Venezuela, em 1807, envolvendo-se, desde o início, nos movimentos pela independência.

Na América, a Venezuela foi o primeiro território a declarar sua independência frente à Espanha, em 5 de julho de 1811. Mas a nascente

república não se sustentou. As dificuldades aumentaram para os rebeldes, quando na Sexta-Feira Santa de 1812, a cidade de Caracas foi sacudida por um terrível terremoto. Os realistas afirmaram que este havia sido o “justo castigo” de Deus diante da rebelião contra o monarca e a Igreja.

As vitórias e derrotas das forças rebeldes lideradas por Simón Bolívar, no norte da América do Sul, demonstravam a dificuldade da Espanha em vencer os rebeldes e os obstáculos que estes enfrentavam para manter as conquistas. Depois da restauração de Fernando VII, como já foi indicado, chegou a Nova Granada a grande expedição do general Pablo Morillo para reconquistar os territórios perdidos. A repressão foi muito violenta, indicando, num primeiro momento, que esta era a estratégia correta. Mas a resistência rebelde também se adensou, alimentada por insatisfação crescente frente às arbitrariedades das forças realistas. Bolívar e seus generais reorganizaram os exércitos e iniciaram a virada no tabuleiro da guerra, prometendo a alforria aos escravos que se alistassem e terra aos soldados do exército.

Do mesmo modo que San Martín, Bolívar atravessou os Andes para lutar contra os espanhóis, tomando Bogotá. No final de 1819, foi proclamada a independência do Vice-reinado de Nova Granada e a união de todas as províncias na república da Grã-Colômbia, sendo Bolívar o primeiro presidente. Pouco tempo depois, em 1821, a Venezuela conquistava a independência depois da vitória na famosa batalha de Carabobo.

A saga militar bolivariana só terminaria após a intervenção de seus exércitos nas lutas pela independência do Vice-reinado do Peru, que haviam sido conduzidas anteriormente por San Martín. As batalhas finais pela libertação da América do Sul aconteceram na serra peruana, sendo a última delas, a de Ayacucho, comandada pelo general José Antônio de Sucre, em 1824, o mesmo que libertara o Equador na Batalha de Pichincha, dois anos antes. Sucre era uma figura muito próxima de Bolívar e, como reconhecimento por seus feitos, propôs que a região do Alto Peru passasse a ser denominada de Bolívia.

Diferentemente de San Martín, Bolívar envolveu-se fortemente com as questões do poder político. Exerceu cargos executivos, trabalhou na elaboração de textos constitucionais e deixou muitas cartas e outros escritos versando sobre temas políticos diversos, carregados de ideias e propostas.

Angarriou muitos seguidores e também fez muitos inimigos. Alguns deles, como o general colombiano, Francisco de Paula Santander, futuro presidente da Colômbia, fora seu antigo aliado. Bolívar sofreu atentados à sua vida, mas saiu ileso. Em uma das vezes, foi salvo por Manuela Sáenz, sua última companheira. Nascida em Quito, Manuela deixou o marido para seguir Bolívar. Já em vida era conhecida por sua iniciativa, coragem e lealdade ao general.

No entanto, as tramas políticas nas quais Bolívar se envolveu acabaram por deixá-lo isolado. A Grã-Colômbia que ele idealizara se fragmentou, fazendo surgir países separados: Venezuela, Equador e Colômbia. No começo de 1830, renunciou ao cargo de presidente e, desgostoso com tudo, partiu em direção a Carragena, para se autoexilar. Antes de lá chegar, morreu em Santa Marta, pobre e tuberculoso, no dia 17 de dezembro de 1830.

Construiu-se, desde o século XIX, um verdadeiro culto ao “Liberador”, considerado o “maior herói nacional” da Venezuela. Algumas de suas propostas atravessaram os séculos, como a ideia de construção de uma possível unidade latino-americana. Essa perspectiva nasceu com sua proposta da constituição de uma liga que se formaria num congresso de representantes das novas nações, a ser realizado no Panamá, em 1826. Como convidados especiais foram chamados os Estados Unidos (o representante morreu a caminho) e a Inglaterra (mandou um simples observador). A reunião fracassou e notáveis ausências foram registradas como as do Brasil, Argentina e Chile. Mas “o sonho” persistiu e foi ganhando novas roupagens com o passar das gerações, chegando até o presente.

Interessante lembrar que Bolívar e San Martín tiveram quadros pintados por seus contemporâneos. O peruano José de Castro Gil, conhecido pelo nome de Mulato Gil, fez retratos de ambos, assim como o de Bernardo O’Higgins. Bolívar, que deixou inúmeras imagens para a posteridade, encontrou tempo para posar por duas vezes para o pintor colombiano José María Espinoza, também autor da última tela que traz o general já envelhecido e alquebrado.

Como vimos, os exércitos rebeldes contaram com comandantes estrategistas para vencer a guerra. Mas, para que as forças insurgentes se pusessem em marcha, era preciso que pessoas abastadas patrocinassem sua organização.

Nesse sentido, os ricos comerciantes da cidade de Buenos Aires financiaram a formação dos primeiros batalhões e, na Venezuela, foram os plantradores de cacau os responsáveis por parte importante de tal financiamento.

Porém, não há exército sem soldados que, por sua vez, deviam estar convencidos de que a causa da independência era a mais justa e necessária para destruir a ordem colonial. Desse modo, “pessoas comuns” dos mais diversos segmentos sociais e étnicos foram indispensáveis para engrossar as fileiras insurgentes, mas suas histórias acabaram esquecidas ou pouco valorizadas. Assim, é importante mostrar tal participação.

As novas ideias que estimularam a independência foram divulgadas por um grupo considerável de letrados provenientes das diversas partes da América. Nos muitos escritos desse período – panfletos, memórias, discursos, jornais – defendiam a independência, demonstrando sólido conhecimento das ideias liberais. Fundamentaram-se nelas para armar suas plataformas de ação e sua justificativa da ruptura com a metrópole.

Um belo exemplo desses letrados é Francisco José de Caldas (1771-1816), nascido em Popayán, atual Colômbia. Geógrafo, astrônomo e naturalista, fez coexistir sua fé católica com a adoção do método experimental em ciência, aliadas à firme defesa da independência política da Nova Granada. Foi diretor do Observatório Astronômico de Bogotá – criado pouco tempo antes – e editor do *Semanario del Nuevo Reino de Granada*. Quando a guerra começou, assumiu a causa da independência e criou um jornal, *Diario Político*. Em 1816, as forças realistas do general Morillo o aprisionaram. Julgado, foi fuzilado em Bogotá junto com um grupo de liberais colaboradores do *Semanario* e do *Diario*.

Do mesmo modo que os homens ilustrados contribuíram para a independência, os mais desfavorecidos membros da sociedade colonial, os escravos negros, marcaram sua presença. Como já vimos, eles foram os protagonistas centrais nas lutas pela independência do Haiti. Mas também lutaram nas guerras na América do Sul. A eles, em geral, era concedida a alforria, caso se alistassem do lado dos insurgentes. Há muitos exemplos a serem indicados. No Rio da Prata, eles integraram vários batalhões e sofreram pesadas baixas. O mais conhecido foi o “Batalhão Negro de Buenos

Aires”, integrante do exército de San Martín, que atravessou os Andes. De um total de 5 mil homens que partiram em direção ao Chile, 1.500 eram negros. O exército de Sucre, responsável pela vitória na decisiva batalha de Ayacucho, no Peru, contava com um grande contingente de soldados negros. O antigo escravo Pedro Camejo, apelidado por sua coragem de *Negro Pimero*, participou dos exércitos de Bolívar e morreu no campo de batalha em Carabobo. Sua morte foi retratada com destaque na tela sobre a batalha elaborada pelo grande pintor venezuelano Martín Tovar y Tovar (ver box “A escravidão na América espanhola”).

A ESCRAVIDÃO NA AMÉRICA ESPANHOLA

A partir de fins do século XV, e com grande intensidade a partir do século XVII, os domínios coloniais europeus nas Américas e no Caribe incorporaram o regime de trabalho escravo de populações trazidas de diferentes regiões do continente africano. Entre fins do século XV e o século XIX, mais de 12 milhões de africanos foram embarcados rumo ao Novo Mundo. A América portuguesa foi a maior receptora do tráfico, ultrapassando a casa dos quatro milhões de indivíduos ingressos. Na primeira metade do século XIX, até que se promulgasse a Lei Eusébio de Queirós, em setembro de 1850, o volume de escravos desembarcados alcançou níveis sem precedentes. Também os Estados Unidos experimentaram um aumento do tráfico no alvorecer dos anos 1800, com números menores do que o Brasil e um fluxo francamente decrescente a partir de 1826. O que não significa, como sabemos, que a escravidão tenha se tornado um problema secundário naquele país, nas décadas que se seguiram.

Na América espanhola, incluindo-se os domínios hispânicos no Caribe, estima-se que tenham entrado 1.660.000 cativos. Do total de 1.660.000, Cuba recebeu, entre as décadas de 1790 e 1870, 840 mil escravos. A importância que a escravidão de origem africana assumiu na ilha, associada ao sistema de *plantation* do açúcar, está associada ao lugar estratégico que o império de Carlos III conferiu a Cuba, no contexto das já mencionadas Reformas Bourbonônicas. O modelo de produção escolhido, celebrado pela oligarquia açucárea sediada em Havana, inspirava-se nas economias escravistas das colônias francesas e inglesas nas Antilhas. Dentre elas, o Haiti.

Como os próprios números sugerem, a escravidão foi menos central nos vice-reinos espanhóis no continente. Ela esteve presente, entretanto, no trabalho mineador, doméstico, agrícola, artesanal e mercantil, em muitas partes do mundo colonial. Em algumas regiões, como nas minas do Vale do Cauca ou da Antioquia, no Vice-reino de Nova Granada, na sua cidade portuária de Cartagena das Índias, os africanos e seus descendentes, nascidos em cativeiro ou forros, foram a base da mão de obra.

Mas em que pesem as diferenças regionais na América espanhola, a importância demográfica dos escravos e libertos foi proporcionalmente pequena em face das populações indígenas. Na América do Sul, os exércitos libertadores recrutaram escravos para lutar em suas fileiras. Como resultado, muitos morreram ou conquistaram sua alforria ao fim das guerras.

Ainda sim, a escravidão sobreviveu às independências. Somente em Porto Rico e em Cuba, onde a emancipação teve de aguardar quase todo o século XIX, foi abolida, respectivamente, em 1873 e em 1886, alguns anos antes do fim do jugo espanhol.

No restante da América espanhola, mais cedo ou mais tarde, o tráfico de escravos foi proibido e a escravidão abolida. No Peru, por exemplo, isso aconteceu em 1854, durante a presidência de Ramón Castilla. Os proprietários de escravos foram indenizados pelas perdas patrimoniais. No registro de indenizações, o Convento de La Buena Muerte figura como o maior dos proprietários, obrigado a emancipar 517 pessoas. Dos países continentais hispano-americanos, o Paraguai foi o último a libertar os escravos, no ano de 1869, em plena guerra com a Tríplice Aliança.

Indígenas e mestiços igualmente participaram das lutas pela independência. No México, os exércitos liderados pelos padres Miguel Hidalgo e José María Morelos contaram com número expressivo de camponeses indígenas e mestiços (ver box “Independência do México”). Do mesmo modo, eles aderiram à rebelião de Cusco de 1814, liderada pelos irmãos Angulo, que se espalhou desde o sul do Peru até a atual Bolívia. Um exemplo sempre lembrado é o do cacique indígena Mateo Pumacahua, de 75 anos, cujas forças se integraram aos insurgentes. Ele foi preso, condenado à morte e executado em frente de suas tropas.

INDEPENDÊNCIA DO MÉXICO

Em 16 de setembro de 1810, se iniciava na Nova Espanha a rebelião contra o domínio espanhol, liderada por Miguel Hidalgo y Costilla, padre do pequeno *pueblo* de Dolores, próximo da cidade mineadora de Guanajuato. A Nova Espanha era a parte mais rica e mais importante do Império Espanhol na América.

Depois de expressivas vitórias sobre as forças realistas, os rebeldes foram derrotados na Batalha de Aculco, muito perto da Cidade do México. Hidalgo foi preso, julgado e fuzilado em julho de 1811. O comando das forças independentistas passou para as mãos de outro padre, José María Morelos y Pavón. Depois de vitórias expressivas, como a tomada da cidade de Oaxaca, no sul do México, os exércitos rebeldes não tiveram condições de reagir ao avanço das tropas realistas. Morelos acabou preso e fuzilado em 1815. Com a morte de Morelos, os grupos insurgentes lutaram isoladamente, fazendo uma resistência de guerrilha, mas sem alcançar êxito.

Importante assinalar que os dois padres, em especial Morelos, defenderam as aspirações dos mais pobres, tomando atitudes radicais. Hidalgo proclamou a abolição da escravidão negra e o fim dos tributos indígenas. Morelos propôs a distribuição de terras, inclusive as da Igreja, para os camponeses. Desse modo, se entende a grande participação de indígenas e camponeses nos exércitos rebeldes que carregavam à frente o estandarte da Virgem de Guadalupe e que chegaram a contar com 80 mil homens. Esta adesão se explica pela extrema pobreza em que vivia a maior parte da população do futuro México e as esperanças abertas com a rebelião. Finalmente, em 1821, depois de 10 anos de guerra, da morte de aproximadamente 1 milhão de pessoas (a sexta parte da população) e da devastação da economia, a independência foi alcançada. Ela foi o resultado de um acordo entre as elites, sendo seu líder o general Agustín de Iturbide, que havia anteriormente combatido com obstinação as forças rebeldes independentistas.

A Igreja Católica, enquanto instituição hierarquizada, esteve ao lado dos realistas durante o processo de independência e, muitas vezes, usou a religião como arma para dissuadir os rebeldes. Quando o terremoto de 1812 sacudiu Caracas e outras cidades da Venezuela, a posição da Igreja foi a de afirmar que este fora um castigo de Deus pela revolta contra o rei e a Igreja.

Por outro lado, é notável o número de padres que se incorporaram ao movimento de emancipação. Na Nova Espanha, calcula-se que mil dos 10 mil sacerdotes existentes tomaram posição diante das lutas. Muitos padres se transformaram em líderes como Hidalgo e Morelos na Nova Espanha, Camilo Henríquez no Chile ou o cônego Luís Vieira em Minas Gerais.

Entretanto, não apenas o gênero masculino marcou sua presença no período. A participação das mulheres foi significativa e se deu em diversos níveis: como acompanhantes dos exércitos, como soldados, como mensageiras ou como animadoras da causa da independência. Tomemos alguns poucos exemplos.

Nos campos de luta, as mulheres, às vezes com filhos, acompanhavam os soldados – maridos, amantes ou irmãos. Como não havia abastecimento regular das tropas, cozinhavam, lavavam, costuravam, em troca de algum dinheiro. Essas mulheres aguentavam as duras caminhadas e as agruras das batalhas sem qualquer reconhecimento positivo. Ao contrário, em geral, carregavam a pecha de “mulheres fáceis” que se vendiam aos homens por qualquer preço.

Também participaram de batalhas como soldados. Uma delas foi Juana Azurduy de Padilla que nasceu em Chuquisaca (hoje Sucre), em 1780. Junto com o marido, homem de posses, dono de fazendas, liderou um grupo de guerrilheiros, participando de 23 ações armadas, algumas sob seu comando. Ganhou fama por sua coragem e habilidade, chegando a obter a patente de tenente-coronel. Depois da morte do marido, Juana, que perdeu todos os seus bens, continuou participando da luta guerrilheira, ainda que com dificuldades crescentes. A seu lado, nos combates, havia um grupo de mulheres, chamadas “las amazonas”.

Mulheres de famílias abastadas, demonstrando sua adesão à causa da independência, abstriram seus salões para tertúlias em que se discutiam ideias e se propunham estratégias em favor do movimento.

Entre as mensageiras, um exemplo extraordinário foi o de Policarpa Salavarrieta, conhecida como Pola, nascida em Guaduas, na atual Colômbia, em 1795, numa família de regular fortuna ligada à agricultura e ao comércio. Pola trabalhava como costureira em casas de famílias defensoras

dos realistas e, como tal, colhia informações para serem enviadas às tropas guerrilheiras, das quais fazia parte seu noivo, Alejo Sabarán. Ao ser preso, foi encontrada com ele uma lista de nomes de realistas e de patriotas que Pola lhe havia entregue. Assim, ela foi capturada, julgada e condenada à morte por um Conselho de Guerra. No dia 14 de novembro de 1817, Policarpa Salavarrieta e Alejo Sabarán e outros oito homens foram fuzilados na Praça Maior de Santa Fé de Bogotá. Sua morte causou grande comoção, provocando fortes reações. Imediatamente após seu fuzilamento, ela foi retratada, num célebre quadro, esperando pelo momento final. Poemas e peças teatrais surgiram cantando sua lealdade à causa independentista e sua coragem diante do cadafalso.



Obra do século XIX de pintor anônimo retratando Policarpa Salavarrieta (1795-1817) pouco antes de ser fuzilada a mando da Espanha, acusada de ter participado ativamente da luta pela emancipação do Vice-reino de Nova Granada.

Importante indicar, igualmente, os poemas e canções escritas nessa época por aqueles que viveram naquelas lutas. O mais conhecido entre os poetas populares foi Bartolomeu Hidalgo, nascido em Montevidéu, em 1778, e falecido na Argentina em 1822. Deixou muitos versos, entre eles um *Cielito* (canto e baile popular da região) sobre a Independência, do qual retiramos uma estrofe:

Os persistentes argentinos
juram hoje com heroísmo
eterna guerra ao tirano,
guerra eterna ao despotismo:
Cielito, cielo cantemos,
se acabarão nossas penas
porque já jogamos fora
os grilhões e as correntes.

Os historiadores, desde o século XIX, buscaram entender as razões que desencadearam os acontecimentos da independência. Alguns deles insistiram na importância das ideias para mudar o cenário colonial. Nessa perspectiva, salientaram as novas ideias da Ilustração francesa – sintetizadas no lema revolucionário “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – como fundamentais; outros afirmaram que tais ideias chegaram às Américas por intermédio de alguns pensadores da própria Espanha; a independência dos Estados Unidos, ocorrida em 1776, também inspirara os *criollos* que a viam como modelo a ser seguido.

Para outros estudiosos, os motivos centrais estavam em questões estruturais e materiais de ordem econômica. Desse modo, a força da Revolução Industrial inglesa que necessitava de mercados consumidores por todo o mundo se mostrava incompatível com as restrições comerciais impostas pelas metrópoles ibéricas – monopólios e privilégios – sobre suas colônias americanas. As regras de funcionamento do capitalismo exigiam plena liberdade de comércio, o que levaria fatalmente ao desmoronamento do mundo colonial.

O bicentenário das independências estimulou muitos trabalhos sobre o tema. Discuti-se, por exemplo, a importância da reunião das Cortes de

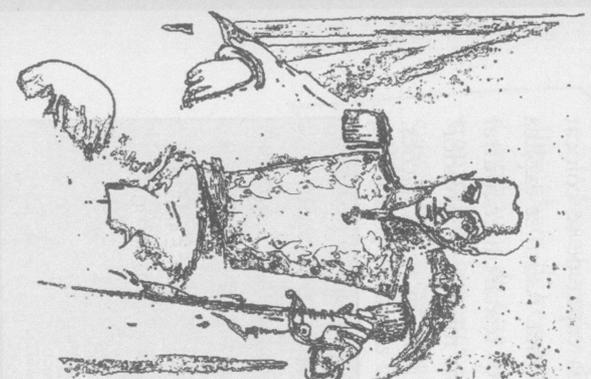
Cadiz, em 1812, que despertou um intenso debate jurídico/político e que explicitou as divergências entre os vários participantes – muitos deles vindos da América – sobre as novas bases em que se assentaria o Império Espanhol. Como procuramos mostrar, para se compreender o processo de independência das colônias espanholas, é preciso computar fatores tanto de ordem econômica, social, como cultural, religiosa, jurídica e política. É nessa moldura que homens e mulheres de carne e osso fizeram suas escolhas e optaram por se engajar na longa guerra contra a Espanha ou por permanecer fiel à ordem colonial. Concordamos com a interpretação do historiador peruano Alberto Flores Galindo. Para ele, ao se pensar o passado, deve-se levar em conta que “os desenlaces são o resultado de combinações sempre específicas entre determinações estruturais e vontades, tanto individuais como coletivas”.

Terminada a guerra, as consequências desse período conturbado afloraram. A longa luta desorganizara a economia e muitas das riquezas produzidas nas fazendas e nas minas haviam sido destruídas. O comércio estava em franco declínio e os tesouros públicos encontravam-se esgotados. O trabalho de reconstrução que se impunha era enorme. Os líderes políticos disputavam o poder e os novos Estados ainda em formação mostravam-se frágeis.

Na Espanha, continuaram a existir planos rocambolescos para a reconquista da América. Assim, em julho de 1829, Fernando VII enviou ao México, partindo de Cuba (que permanecia como colônia espanhola), um exército de 4 mil homens para reconquistar o que havia sido perdido. Julgava-se que ali os realistas eram muito fortes e que o apoiariam. Depois de perder 900 soldados, o brigadeiro Barradas rendeu-se e deixou o México. Foi a última tentativa de retomar o continente perpetrada pela Coroa espanhola. Fernando VII, ao morrer em 1833, ainda acreditava que a independência tinha sido o desejo de uns poucos e “que a América se perdera contra a vontade da mesma América”.

momento chave



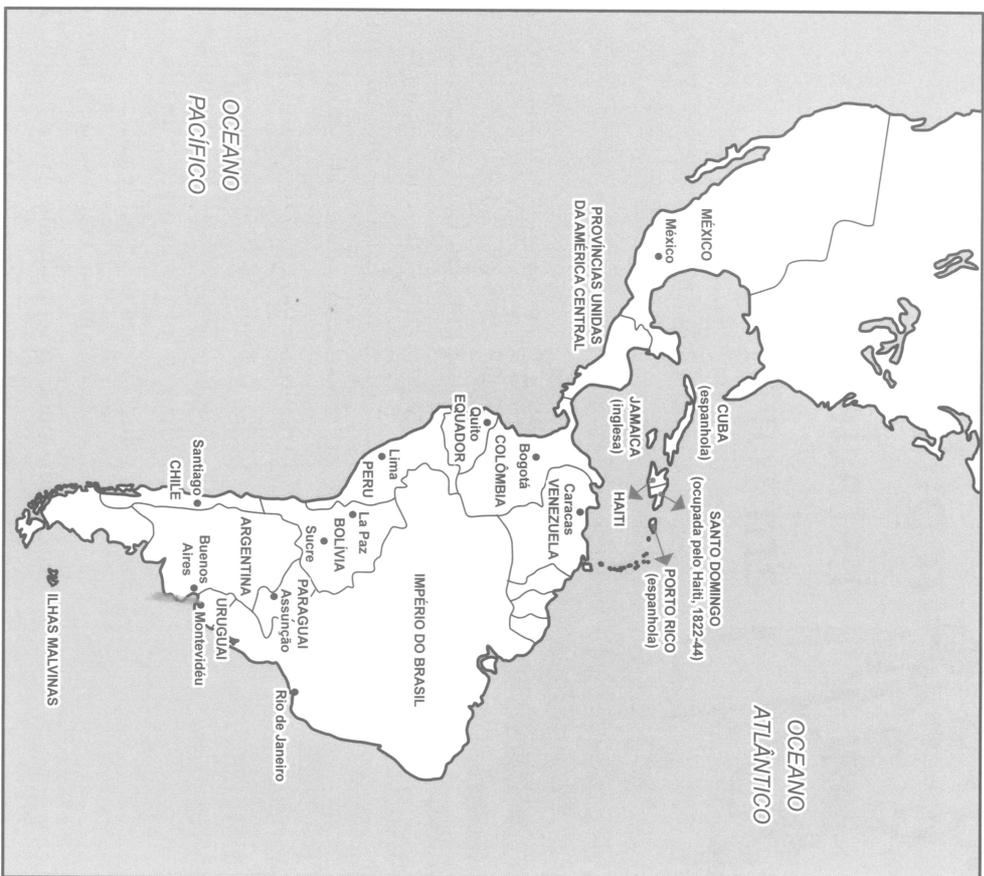


O horizonte republicano nos Estados nacionais em formação

A conquista da independência marcava o rompimento dos laços políticos com a metrópole e também indicava que complexas tarefas mostravam-se urgentes. Era necessário construir os novos Estados, montar uma estrutura administrativa, delimitar fronteiras, organizar instituições para garantir a ordem e o controle sociais e, além de tudo isso, encontrar formas de reanimar as combatidas economias. Grupos políticos se formaram para pensar e encaminhar soluções para tais problemas.

A América espanhola, como se sabe, optou pelo regime político republicano. No entanto, lá também havia defensores da Monarquia — como José de San Martín, por exemplo — que entendiam ser esse o único regime capaz de garantir a ordem política e manter a coesão social. Para eles,

apenas um monarca com sua “imparcialidade” seria capaz de se colocar acima dos interesses imediatistas dos grupos em disputa. Assim se explica o fato de grupos conservadores peruanos e mexicanos tentarem encontrar na Europa, algumas vezes durante o século XIX, um monarca “salvador” que hipoteticamente resolveria os problemas endêmicos das novas nações.



Mapa político da América Latina em 1830. Depois de encerradas as guerras de independência, os territórios dos Estados nacionais que se formaram nas antigas possessões de Espanha e Portugal já estavam praticamente definidos, com os limites similares aos que conhecemos hoje.

Se as questões da grande política ocupavam as elites, aqueles que não dispunham de recursos — quer econômicos, quer culturais — mantinham a esperança de que os tempos que se abririam com a independência lhes trouxessem benesses e regalias. Contavam que acontecessem reformas sociais, como acesso à terra, melhores condições de vida e maior participação política. Quando as esperanças se frustraram, rebelaram-se contra os que detinham o poder nos novos Estados instituídos.

Interesses econômicos e sociais diversos num quadro de fortes mudanças institucionais formavam o pano de fundo da construção dos Estados nacionais. Desse modo, nas primeiras décadas após a independência, houve grande instabilidade política provocada pelo confronto entre adversários que tinham propostas conflitantes para o futuro de seus países. Essa turbulência desembocou, algumas vezes, em guerras civis que envolveram setores diferenciados da sociedade, de abastados fazendeiros a pobres peões. Os pontos mais controversos giravam em torno da organização centralizada ou federalista de governo; da manutenção dos privilégios das corporações e dos foros especiais relativos ao Exército e à Igreja, instituição muito poderosa durante todo o período colonial; e sobre a participação política popular, vale dizer, sobre os significados e alcance da democracia. Este último tema foi fortemente discutido pelas elites do período.

Num Estado republicano era preciso escrever uma constituição e promover eleições. O poder político emanava da sociedade, porém os setores populares poderiam ter participação plena, sem afetar a ordem social defendida com vigor pelos grupos dirigentes?

Desde antes da independência, Simón Bolívar já se preocupava com essa questão, defendendo posições contrárias à ampla participação política popular. Na famosa Carta da Jamaica, de 1815, na qual fazia uma análise da situação de cada uma das partes da América do Sul, ainda sob o domínio espanhol, escreveu sobre a Venezuela:

Em Caracas, o espírito de partido teve sua origem nas sociedades, assembleias e eleições populares, e estes partidos nos levaram à escravidão. Assim como a Venezuela tem sido a república americana que mais tem aperfeiçoado suas instituições políticas, também tem sido o mais claro exemplo da ineficácia da forma democrática e federal para nossos nascentes Estados.

Em 1819, no decisivo Congresso de Angostura, na Venezuela, Bolívar propunha que o Senado, ao invés de ser eleito, deveria ser hereditário, para evitar “as investidas” do povo. Nesse mesmo discurso, dizia que “a liberdade in-definida e a democracia absoluta são os escolhos onde foram se arrebentar todas as esperanças republicanas”. Mais tarde, em 1825, em pronunciamento diante do Congresso Constituinte da Bolívia, propôs a presidência vitalícia para o país:

O presidente da república nomeia o vice-presidente, para que administre o Estado e o suceda no poder. Por esta providência, evitam-se as eleições, que produzem a grande calamidade das repúblicas, a anarquia, que é o luxo da tirania e o perigo mais imediato e mais terrível dos governos populares.

Outra figura importante do período da independência foi o argentino Bernardo de Monteagudo. Na juventude, foi ardoroso adepto da democracia e diretor da Sociedade Patriótica, fundada em Buenos Aires em 1812. Acompanhou San Martín, de quem foi secretário, na épica travessia dos Andes. Depois da independência do Peru, ocupou o cargo de ministro do Exterior. Lá fez inimigos políticos poderosos e terminou a vida misteriosamente assassinado em uma rua de Lima, em 1825. Com o passar dos anos, moderou mais e mais suas convicções, tornando-se monarquista. Escreveu em 1823, depois de sua breve experiência política no Peru: “É necessário concluir que as relações que existem entre anos e escravos, entre raças que se detestam e entre homens que formam tantas subdivisões sociais quantas modificações há em sua cor, são inteiramente incompatíveis com as ideias democráticas.”

Nas décadas de 1820 e 1830, foram os liberais que se detiveram em pensar, de forma mais consistente, sobre as questões em torno da democracia, elaborando justificativas que impunham limites à soberania popular. Tomemos dois Estados, a Argentina e o México, para entendermos este último ponto.

A Argentina depois da independência estava dividida politicamente entre aqueles que propunham um governo centralizado – os unitários – e os que advogavam a autonomia radical das províncias – os federalistas. As divergências entre eles foram de tal envergadura que acarretaram guerras civis intermitentes. Líderes políticos locais ou provinciais, chamados de caudilhos, à frente de grupos armados, impediram a organização de um Estado nacional centralizado até 1862, quando Bartolomeu Mitre assumiu a presidência nacional.

Essas disputas eram o resultado das muitas diferenças entre as regiões da futura Argentina. A província de Buenos Aires com suas estâncias de gado e seu dinâmico porto desejava controlar as rendas da aduana em proveito próprio e não queria a livre navegação dos rios, como o Paraná e o Uruguai. A região do chamado litoral dos rios, onde estavam as províncias de Entre Rios e Santa Fé, lutava, ao contrário, pelo livre-comércio nas águas desses rios. O interior – e suas grandes cidades como Córdoba, Mendoza e Tucumán – fora muito importante durante o período colonial até a segunda metade do século XVIII, e tinha estabelecido uma dinâmica econômica e cultural própria. Desse modo, era extremamente difícil harmonizar os interesses dessas três regiões e construir um Estado que os representasse. Assim, se entende a força dos federalistas e o apoio local e popular que receberam.

Dentre os federalistas, estavam o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas e Facundo Quiroga, poderoso caudilho da província de La Rioja. Esses líderes nem sempre advogavam posições semelhantes a respeito de muitos temas, como por exemplo, a própria organização do Estado nacional. Enquanto Quiroga pensava ser necessária a criação de um Estado dentro do sistema federalista, Rosas entendia que cada província devia primeiro se organizar e se estabilizar para só então poder se constituir a Federação. Dentre os unitários, a figura já lendária do derrotado general José Maria Paz, natural de Córdoba, permanecia ainda como símbolo de resistência contra o poder dos federalistas.

Depois de uma efêmera experiência, na década de 1820, em que o país esteve unificado sob um governo centralizado, a Argentina estava organizada como uma instável Federação de províncias. Em Buenos Aires, o estancieiro Juan Manuel de Rosas chegou ao governo da província em 1829. Com um breve intervalo, ali permaneceu até 1852, quando, na grande batalha de Caseros, foi derrotado por um exército comandado por Justo José de Urquiza, natural de Entre Rios, do qual faziam parte tropas do Império Brasileiro (ver box “Conflitos no Prata”). Rosas governou Buenos Aires com mão de ferro. Por intermédio de uma série de pactos com outros governadores ficou encarregado dos Negócios Estrangeiros do futuro país. Depois do assassinato de seu importante rival político, Facundo Quiroga, em 1835, seu poder político estendeu-se por todo o país.

CONFLITOS NO PRATA

Desde o início, em 1810, das lutas pela independência das colônias espanholas, Portugal (posteriormente também o Brasil) e Argentina disputaram o domínio sobre a Banda Oriental. Quando José Artigas iniciou, em 1811, as lutas pela independência do futuro Uruguai, o Império Português entendeu que era o momento apropriado para atingir seus antigos objetivos, mobilizando suas forças para intervir na região. A movimentação e as propostas de Artigas eram consideradas perigosas aos olhos Coroa portuguesa, porque estavam voltadas para as aspirações populares. Isso levou à primeira (e frustrada) intervenção portuguesa na Banda Oriental, em 1811. Mas, do outro lado do estuário, Buenos Aires comandava as lutas para se tornar independente da Espanha. Conquistando rapidamente seguidas vitórias, projetava manter sua hegemonia sobre os mesmos territórios que haviam composto o antigo Vice-reinado do Rio da Prata. Desse modo, tanto a Banda Oriental, quanto o Paraguai “deveriam” fazer parte das nascentes Províncias Unidas do Rio da Prata. Assim, as ambições portuguesas e porthenas se enfrentaram em torno do território do futuro Uruguai. Em 1816, quando Artigas lutava contra os Unitários porthenos e desagradaça, com suas propostas radicais de confisco de terras, à elite mercantil e proprietária da Banda Oriental, os portugueses novamente mandaram tropas por terra e por mar para a região, culminando suas ações com o cerco a Montevideú. Receberam apoio de proprietários rurais e de comerciantes, descontentes com Artigas. Este acabou derrotado em 1820, deixando o território da Banda Oriental para sempre. Aproveitando-se da debilidade dos porthenos – provocada pelas lutas políticas locais que os dividiam –, os portugueses, temporariamente vitoriosos, incorporaram, em 1821, a Banda Oriental a seu Império, com o nome de Província Cisplatina. Com a independência Brasileira, em 1822, o imperador D. Pedro I seguiu a política externa já estabelecida. A província Cisplatina “perrencia” ao novo país.

No entanto, as ambições brasileiras sobre o território da Banda Oriental começaram a ser soterradas em 1825. A luta dos uruguaios pela reconquista anulou os compromissos políticos com o Brasil e reintegrou a Banda Oriental ao território das Províncias Unidas do Rio da Prata. A guerra desencadeada entre Brasil e Argentina terminou sem vitoriosos. Com a arbitragem da Grã-Bretanha, o Estado Oriental do Uruguai, como país soberano, nasceu em 1828.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, abriu-se com a autoridade do sucessor ao trono brasileiro o período conhecido como o das Regências. Nesses anos, o Brasil foi sacudido por uma série de rebeliões de forte cunho regionalista, muitas delas propondo a separação do resto do país, constituindo-se em ameaçador perigo da dissolução “da ordem e da unidade” do Império. A mais longa dessas rebeliões foi a Farrroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, que pôs em risco a manutenção das “fronteiras naturais” do sul do país. A tentativa de separação se alicergava em propostas republicanas de governo, concretizadas na criação da República de Piratini. O fantasma da perda da Província Cisplatina rondava a corte imperial, e o envolvimento de grupos uruguaios nas lutas indicava a permanência de interesses econômicos e políticos comuns, assim como de fronteiras bastante flexíveis.

No final da década de 1840, o Brasil trabalhava pela derrubada de Oribe, líder dos Blancos uruguaios, e do poderoso governador federalista de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Para tanto, aliou-se a seus inimigos internos, como o governador de Entre Rios, Justo José de Urquiza, e aos Colorados uruguaios e buscou (em vão) também aliados no Paraguai. Os resultados dessas intervenções foram muito positivos para o Brasil. Em 1851, Oribe era derrubado no Uruguai, refugiando-se temporariamente em Buenos Aires. Em 1852, na impressionante Batalha de Caseros, em que se confrontaram 50 mil homens, Rosas caiu derrotado pelo conjunto de forças nacionais e estrangeiras. Finalmente foi assinada uma série de tratados com a república uruguia, de interesse para o Brasil.

Na província de Buenos Aires, Rosas deu atenção especial à questão da fronteira, expandindo-a em direção ao sul, por intermédio de campanhas militares contra os índios, buscando garantir mais segurança para os donos de terra. Conseguiu grande respaldo social, respondendo, de um lado, às demandas dos setores estancieiros, pois legalizou a propriedade da terra e disciplinarizou a força de trabalho; e, de outro, atendeu a certas reivindicações populares, fato que lhe rendeu apoio entusiástico. Em carta a um correliogonário, datada de 1829, afirmava que os indivíduos que nada tinham se indispunham contra “os ricos e superiores”. Desse modo, para não causar “maiores males”, entendia que era “muito importante conseguir uma influência grande sobre essa classe [os pobres] para contê-la ou para dirigi-la; para

X

AN 6

x Iuris

isso foi preciso que eu trabalhasse com muita constância, com muitos sacrifícios de comodidades e de dinheiro, fazer-me [gaucho] como eles, falar como eles e fazer quanto eles faziam; protegê-los, fazer-me seu ‘apoderado’, cuidar de seus interesses, enfim, não economizar trabalho nem meios para crescer mais em seu conceito”.

Rosas teve plenos poderes, depois de 1835, para governar Buenos Aires e não aceitava contestação a seu governo. A lealdade a ele devia ser pública com o uso obrigatório de variados emblemas com a cor vermelha, a cor dos federalistas; aos inimigos, a mazorca, a degola, a prisão, o exílio. Seus adversários o representavam como a encarnação do absolutismo, arbitrariedade e barbárie.

Para escapar da repressão por parte do regime rosista, seus opositores foram empurrados ao exílio. Fugindo de uma possível prisão ou mesmo da morte, instalaram-se, em geral, no Uruguai ou no Chile, onde se organizaram e mantiveram, por intermédio de seus escritos, forte resistência política contra o governador. Esse grupo de intelectuais e políticos ficou conhecido como a *“Geração de 37”*, a primeira de uma série de futuras gerações de exilados políticos latino-americanos.

Desse grupo fazia parte Estebán Echeverría, que nasceu em Buenos Aires, em 1805, e morreu no exílio em Montevideú, no ano de 1851. Ainda que mais conhecido como literato, desenvolveu intensa atividade política contra o governador da província de Buenos Aires. O jovem Echeverría, depois de viver na França, entre 1826 e 1830, e conhecer os debates políticos e ideológicos que lá se travavam, voltou à Argentina, alinhando-se com aqueles que se opunham ao rosismo. Foi um dos fundadores, em 8 de julho de 1838, de uma associação secreta, denominada *Jovem Argentina*, inspirada nas congêneres europeias, *Jovem Itália*, *Jovem Europa*, idealizadas pelo republicano italiano Giuseppe Mazzini. Propunha a formação de um Estrado guiado pelos princípios liberais e pelas luzes da razão que moldariam uma Constituição a ser seguida e respeitada, pondo fim, por meio da conciliação, às lutas que dividiam a Argentina. Echeverría era o presidente da Associação e outros dois importantes intelectuais, Juan Bautista Alberdi e Juan María Gutiérrez, integravam sua direção.

Em 1839, a Associação Jovem Argentina publicou no jornal *El Iniciador*, de Montevideú, um manifesto que recebeu uma segunda edição redigido por Echeverría em 1846, no exílio no Uruguai, tomando o título definitivo de *Dogma socialista de la Asociación de Mayo*. Morreu em Montevideú, em 1851, sem ver, portanto, a derrubada de Rosas do poder, no ano de 1852.

O *Dogma*, composto por vários tópicos, é uma síntese dos princípios políticos defendidos por Echeverría e se inicia com a enumeração das palavras simbólicas do que ele denominava a *Fé da jovem geração argentina*: Associação, Progresso, Fraternidade, Igualdade, Liberdade, Deus, Democracia. Seriam elas que fariam a Argentina “sair do caos” para encontrar “a luz que a guie” e “a crença que a anime”.

São suas reflexões sobre o conceito de democracia que nos interessam de forma particular. Democracia, para ele, se confundia com a ideia de soberania popular, isto é, que o poder legal e efetivo residia e emanava do povo. Em se tratando da política e da “coisa pública”, todos os indivíduos deviam se guiar pela razão e não pela vontade ou pelos sentimentos. Segundo ele, a razão examinava, pesava, decidia, enquanto a vontade era cega, caprichosa, irracional. Portanto, apenas a ~~parte~~ sensata e racional da comunidade social podia exercer a soberania. Democracia não era, dessa forma, o despotismo das massas nem das maiorias, e sim o regime da razão. Os ignorantes que não podiam distinguir o bem do mal deviam se submeter aos que tinham o domínio das luzes; e os vagabundos e aqueles que não tinham ofício não podiam fazer parte da soberania do povo, porque não possuíam qualquer interesse ligado à sociedade, necessitando, portanto, de tutela. Obviamente, referia-se à tutela das elites. No entanto, as massas ignorantes ainda que privadas do exercício dos direitos de sua soberania ou de sua liberdade política estavam em pleno gozo de sua liberdade individual. Segundo Echeverría, as massas rendiam ao despotismo, estavam guiadas pelos instintos e eram sensíveis ao império da vontade e não ao da razão.

Finalmente, anunciava que quando todos os membros da sociedade estivessem em plena posse das liberdades — a individual, a civil e a política — e as exercessem, então estaria constituída plenamente a democracia. Mas, para se atingir tal estado, era necessário preparar as massas para o desempenho

das atividades políticas por meio da educação, que lhes seria ministrada por aqueles detentores das luzes. Assim, fechava-se o círculo dos eleitos para o exercício da democracia e daqueles que ficavam de fora, aguardando o consentimento dos ilustrados. No final do texto, afirmava sem deixar dúvidas: “A soberania só reside na razão coletiva do Povo. O sufrágio universal é absurdo. Não é nossa a fórmula dos ultrademocratas franceses: tudo para o Povo e pelo Povo, mas sim, a seguinte: tudo para o Povo e pela razão do Povo.”

Sem dúvida, Echeverría se apropriou das referências teóricas dos franceses – em especial Saint Simon, Leroux e Lamennais –, mas seus olhos estavam cravados nos dramas sociais da Argentina daquele período. Rosas, “o bárbaro”, “o despota”, contava com apoio popular; repetidamente reitera- do em momentos de crise. As “massas” que lhe davam sustentação política eram consequentemente perigosas, deixavam-se levar pelos instintos e pela vontade enganadora. Os civilizados, guiados pelas luzes da razão, capazes de distinguir o bem do mal, constituíam-se no único grupo apto para exercer o poder, após a derrubada do diador Rosas. Para levar a Argentina ao caminho do progresso, fazia-se necessário encontrar os meios legais que impedissem a participação política dos despreparados. No *Dogma*, Echeverría apresentou uma análise sucinta, refletida e pormenorizada do conceito de democracia, justificando com argumentos filosóficos a exclusão dos setores populares do exercício legal da política e da gestão da nação.

No México, formaram-se dois grupos políticos: os liberais e os conservadores. Diferentemente do que ocorreu no Brasil do século XIX, estes dois partidos chegaram à guerra civil, porque seus projetos para a construção do Estado eram profundamente antagônicos. De maneira geral, podemos afirmar que os conservadores tinham preferência pelo regime monárquico, estavam ligados estreitamente à Igreja Católica e eram defensores dos foros privilegiados da Igreja e do Exército e das demais corporações coloniais. Como em nenhum outro país da América Latina, a luta pelos bens da Igreja dividiu tão fortemente a sociedade e deflagrou uma guerra civil de proporções tão agudas.

Os liberais defendiam a República, queriam um Estado separado da Igreja e exigiam a extinção dos foros especiais eclesiais e a nacionaliza-

ção de seus bens, assim como a desestruturação das formas de organização social próprias da colônia, incluindo as das comunidades indígenas. Não havia, como na Argentina, tão fortes divisões entre as regiões que compunham o país; a consolidação do Estado mexicano só aconteceu na segunda metade do século XIX. Para darmos apenas um exemplo, toda a região do Yucatán entrou e deixou a Federação mexicana por mais de uma vez. Como veremos no próximo capítulo, a longa luta terminou com a vitória dos liberais e a subordinação da Igreja ao Estado laico.

Nesse quadro, é interessante analisar a visão de um liberal sobre a mesma questão debatida na Argentina, a da participação política popular. José María Luis Mora nasceu em Guanajuato, em 1794, e morreu em Paris, em 1850. E, a despeito de ter recebido as ordens sacerdotais, inscreveu-se nos debates políticos do México pós-independência como um dos mais notáveis defensores dos princípios liberais, identificando-se fortemente com o liberalismo constitucional francês, especialmente com o de Benjamin Constant. Mora estudou no antigo e prestigiado Colégio de Santo Ildefonso, fundado pelos jesuítas, e depois tomou as ordens sacerdotais. Exerceu uma atividade política e intelectual intensa: pertenceu à maçonaria, foi designado membro da deputação provincial do México em 1822, e foi uma espécie de conselheiro do governo liberal de Valentín Gómez Farias, em 1833; com a derrubada do governo pelos conservadores, partiu no ano seguinte para a Europa, onde viveu os últimos 16 anos de sua vida. Expôs suas ideias em vários periódicos políticos que criou e dirigiu como, por exemplo, o *Observador da República Mexicana* (de 1827 a 1830). Fez, também, incursões pela história, tendo projetado uma história do México desde a independência, em oito volumes, dos quais se conhecem apenas três.

Ainda que tivesse recebido as ordens sacerdotais e ensinado no Colégio de Santo Ildefonso, distinguiu-se por um anticlericalismo militante que foi se acentuando com o passar dos anos. Declarou que discordava do partido que representava “sua classe” [o clero] e que renunciava a “todos os privilégios civis” dela, pois sua posição política o colocava contra todo tipo de privilégios. O combate que Mora propunha estava sendo travado contra os privilégios coloniais, encastelados fundamentalmente na Igreja e no Exército, entendidos por

ele como as forças do retrocesso. O “partido do progresso”, que ele defendia, propunha a desamortização dos bens da Igreja, a abolição dos privilégios do clero e do Exército, a difusão da educação pública, a liberdade de opinião, a igualdade para os estrangeiros e o estabelecimento do tribunal do júri. Sua reflexão política alicerçava-se, assim, nos princípios do liberalismo elaborados na Europa, mas era alimentada pelas questões específicas da sociedade mexicana, seus conflitos e lutas sociais.

Alguns dos maiores males da República — caos político, desordem social, lutas intestinas —, segundo ele, tinham sido causados pela “perigosa e funestra palavra igualdade”. Os excessos da teoria igualitária da democracia política podiam ser medidos pela “escandalosa profusão com que se prodigaram direitos políticos, fazendo-os extensivos e comuns até as últimas classes da sociedade”. Em nome da igualdade, um punhado de homens “sem educação e sem princípios” ocuparam postos públicos, levando a administração do Estado ao desastre.

As “paixões populares” haviam transformado a Câmara dos Deputados em algo semelhante à Convenção francesa, no período revolucionário, pois não era mais um “instrumento ativo” governado pela “razão dos representantes”, e sim um “corpo passivo” sujeito à “vontade de um número de facciosos, charlatães e atrevidos”. A calma e a deliberação racionais tinham dado lugar à paixão e, mais uma vez, os direitos individuais estavam reduzidos em nome da “vontade geral”, numa refutação direta das ideias de Jean-Jacques Rousseau. Em seu *Catecismo político de la Federación Mexicana*, de 1831, escrito em forma de perguntas e respostas, atacava o conceito de soberania popular e vontade geral, propondo a ação de uma “autoridade competente”, que fosse capaz de controlar essa “vontade geral”.

Para se precaver de todos esses males, Mora prescrevia a limitação da participação política popular e determinava que o Congresso fixasse “as condições para exercer o direito de cidadania em toda a República e que por elas ficassem excluídos de seu exercício todos os que não pudessem inspirar confiança alguma, isto é, os não proprietários”. Propriedade, para ele, era a possessão de bens capazes de oferecer ao indivíduo meios de uma subsistência desatogada e independente; dizia não estar se referindo

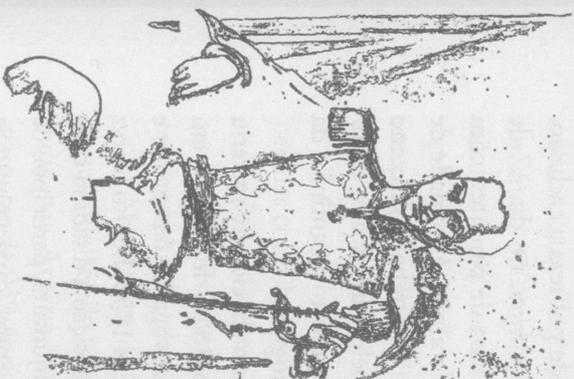
apenas aos donos de terras, mas também a todos que exercessem profissões produtoras de condições para uma vida cômoda. Associando razão e propriedade, elegia essa parte da sociedade para exercer os direitos políticos, pois era “a única a possuir responsabilidades para com o bem comum”.

Para prevenir o perigo de uma nova rebelião camponesa (como a da independência), era necessário que o poder político estivesse em mãos daqueles que possuíssem qualidades adequadas para manter a ordem e também sensibilidade suficiente para precaver-se das “revoluções dos homens”, prescrevendo as “revoluções do tempo”. Para tanto, era mister que a soberania popular e a participação democrática ficassem postergadas para o seu “devido tempo”, pela prudência e perspicácia dos governantes. O povo devia aguardar e ter paciência, até que, por meio da educação, fosse preparado para exercer as liberdades políticas. Insistia: “O elemento mais necessário para a prosperidade de um povo é o bom uso e exercício de sua razão, coisa que só se consegue pela educação das massas, sem as quais não pode haver governo popular”.

Essa era também a visão de um liberal mais radical como Lorenzo de Zavala. Afirmava, em 1833, que no México não havia e não haveria democracia, pois o “despreparo” da população era enorme. Segundo ele, dos 200 mil votantes do Estado do México, dois terços eram analfabetos, metade não tinha o que vestir, um terço não sabia espanhol e três quintos eram instrumentos do partido que estava no poder. Estava subentendido nessa declaração que os índios não tinham capacidade para desempenhar qualquer atividade política e que o “povo” em geral não sabia fazer a escolha correta no momento de votar. Por isso, advogava a limitação do voto apenas aos proprietários, como meio para “evitar a demagogia e a intriga política”. Nenhum desses ideólogos e políticos julgava possível a ideia de que índios, mestiços, brancos pobres ou mulheres fossem capazes de aprender por eles mesmos as regras do jogo democrático e decidir quem melhor os representaria politicamente.

Em suma, durante o século XIX, o descontentamento dos setores subalternos da sociedade emergiu, em diversos países da América Latina, na forma de rebeliões camponesas ou urbanas, que foram duramente reprimidas. Essas demandas populares precisavam de respostas políticas — como

as que mostramos — da parte dos grupos dirigentes que tinham como objetivo principal a garantia da ordem social. Em nome da ordem como valor absoluto, fundamentavam a permanência do poder limitado nas mãos das elites por serem elas consideradas o único grupo social com “preparo” político para exercê-lo. Tal proposta de exclusão das classes populares do universo decisório da política foi a vitoriosa não apenas na Argentina e no México, mas também em toda a América Latina. As justificativas engendradas foram repetidas incansavelmente e se mantiveram fortes até o século XX, alijando a maior parte da população dos direitos de cidadania.



Projetos liberais e populações indígenas no século XIX

Benito Juárez foi protagonista da chamada Reforma Liberal, que nos anos 1850 e 1860 procurou dissolver as formas tradicionais de posse corporativa de terras e de bens imóveis, instaurando uma profunda inflexão na estrutura da Igreja Católica e dos *pueblos* indígenas que ganharam corpo através dos séculos de colonização espanhola.

Juárez nasceu em 21 de março de 1806 no remoto *pueblo* de San Pablo Guelatao, na Sierra de Ixtlán, em Oaxaca, poucos anos antes de o movimento independentista de Miguel Hidalgo e José Maria Morelos atemorizar as elites vice-reinais com a explosão de revolta dos índios e mestiços sob o jugo espanhol. Hidalgo e Morelos terminariam condenados à morte e o movimento que encabeçaram, violentamente debelado.

Três anos depois do fuzilamento do padre Morelos, o menino Benito Juárez, de etnia zapoteca,



encontraria uma saída individual para sua infância de pobreza e exclusão. Como relatou na sua autobiografia *Apuntes para mis hijos*, no dia 17 de dezembro de 1818, aos 12 anos de idade, deixou a casa de parentes, com quem vivia desde a morte precoce dos pais, seguindo a pé até a cidade de Oaxaca. Lá, com o apoio de uma irmã mais velha que trabalhava como cozinheira, conseguiu sobreviver até ser adotado pelo franciscano e encadernador de livros Antonio Salanueva, o qual lhe abriu “o caminho da educação”, título do segundo capítulo da sua autobiografia.

Matriculado inicialmente no Colégio Seminário da cidade, preferiu transferir-se para uma instituição laica quando, em 1821, foi aberto em Oaxaca o Instituto de Ciências e Artes. Formou-se advogado, fez-se juiz e governador do estado de Oaxaca entre 1847 e 1852. Em 1853, Benito Juárez teve de exilar-se no sul dos Estados Unidos por sua oposição à ditadura conservadora de Antonio López de Santa Anna. Nessa conjuntura, participou da elaboração do Plano de Ayutla, movimento liberal que provocaria a renúncia do todo-poderoso general Santa Anna.

A trajetória de Benito Juárez simboliza algumas das dinâmicas fundamentais do século XIX no México e, em alguma medida, na América Latina. No período pós-independência, ganhou corpo uma corrente política que defendia a realização de mudanças profundas na estrutura social herdada da colônia, com vista à sua modernização. O professor de Teologia José María Luis Mora tornou-se um dos principais mentores teóricos da chamada corrente liberal, ao mesmo tempo que Valentín Gómez Farías, vice-presidente e depois presidente do país durante os anos 1830, introduzia as primeiras reformas que alvejavam um pilar da velha ordem vice-reinal – a Igreja Católica.

A obrigatoriedade do pagamento do dízimo e o extraordinário patrimônio imobiliário rural e urbano que a Igreja detinha em caráter de bens amortizados (ou seja, não comercializáveis) foram alguns dos alvos dos ataques retóricos e políticos perpetrados por Mora e Gómez Farías. O México moderno não poderia florescer sob o peso do poder e das prerrogativas políticas e econômicas gozados pela Igreja.

Paralelamente, Mora e os partidários do liberalismo voltaram sua atenção a outro aspecto que consideravam fazer perpetuar a velha ordem – as populações indígenas, assentadas sobre a estrutura corporativa das terras

comunitárias. Originário do mundo rural e indígena, Benito Juárez atuou nos anos 1830 como advogado de *pueblos* envolvidos em conflitos por terras, tributos e dízimos que oneravam sua existência. Em 1834, por exemplo, representou os índios loxica, no estado de Oaxaca, em uma querela contra um padre que lhes exigia o pagamento do dízimo. O advogado chegou a ser preso em meio à contenda a mando das autoridades locais.

Como manifestou em diferentes discursos, Juárez considerava as pesadas contribuições cobradas dos índios um dos fatores responsáveis por seu embrutecimento, degradação e ignorância. Comungando da perspectiva de outros liberais, postulava a emancipação do indígena através da escola primária e da abolição das comunidades.

Na Oaxaca do século XIX, esse não era um problema pontual. Em meados do século, cerca de 88% dos 542.938 habitantes do estado eram indígenas. As terras comunais ocupavam boa parte do território no estado, em posse de 939 *pueblos*, contra 78 *haciendas* em 1844.

GUERRA ENTRE O MÉXICO E OS ESTADOS UNIDOS

A história da guerra entre o México e os Estados Unidos está relacionada com a ocupação do Texas, que era território espanhol desde o período colonial. Depois que os Estados Unidos compraram a Louisiana da França, em 1803, a Coroa espanhola decidiu autorizar o estabelecimento na região de grupos originários do Canadá francês, da Irlanda católica, e mesmo protestantes anglo-americanos, prussianos ou holandeses, em razão da necessidade de ocupar a nova linha de fronteira do Império Espanhol, que incluía a pouco povoada região do Texas.

Após a derrota de Napoleão Bonaparte, o tratado Adam-Onís, de 1819, regularizou o problema das fronteiras do Império Espanhol na América do Norte. A Espanha voltou a adotar políticas que favoreciam a ocupação da região. Foi nesse contexto que o norte-americano Moses Austin (1761-1821), que fora súdito da Coroa espanhola até que o Missouri se incorporasse aos Estados Unidos, solicitou ao monarca autorização para colonizar o Texas com 300 famílias. Austin obteve apoio das lideranças locais, amedrontadas com os permanentes ataques realizados por indígenas, e por fim a autorização real, expedida em princípios de 1821, a qual impunha, entre outras, a condição de que os colonos jurassem obediência ao império e ao catolicismo.

Moses Austin faleceu no mesmo ano, mas seu filho Stephen (1793-1836) levou adiante o projeto. Após a independência do México, novos juramentos de lealdade lhe foram exigidos, inclusive o de respeito à lei que proibia o tráfico de escravos no Texas. Seguiram-se a queda do Império de Iturbide e a instauração da República no México, que reiterou as prerrogativas de Stephen Austin no Texas.

O governo federal regulamentou as formas de concessão de terras na região, em termos que se revelaram muito atraentes para colonizadores norte-americanos, estes em pleno movimento de busca de oportunidades nos territórios a oeste que se abriam ao “Destino Manifesto”. À medida que a comunidade de colonos crescia, Austin galgou posições de liderança política e militar. A organização dos colonos não tardou a redundar em conflitos com residentes mexicanos das zonas de fronteira. Nos anos 1830, alertado sobre as tensões, o governo federal incumbiu o general Mier y Terán de restabelecer o controle sobre a fronteira.

A partir de então, tiveram lugar duras negociações entre México e Estados Unidos em torno das prerrogativas e proibições concernentes aos colonos norte-americanos no Texas. O tema da escravidão, praticada pelos colonos apesar das restrições legais, foi um dos objetos da discórdia. A separação do Texas do estado de Coahuila, ao qual havia sido subordinado desde que promulgada a Constituição de 1824, tornou-se uma bandeira cada vez mais presente entre os colonos liderados por Austin. E o anseio da separação transformou-se em sublevação independentista.

Em princípios de 1836, tropas mexicanas lideradas pelo general Santa Anna entraram no Texas. Entremeses, uma missão de colonos partiu para os Estados Unidos em busca de apoio. Em março do mesmo ano, proclamou-se a emancipação do Texas. A Declaração de Independência estava, como motivações, a tirania militar, a intolerância religiosa, a falta de escolas e a subordinação a Coahuila. Os rebeldes acenavam com a perspectiva de anexação aos Estados Unidos.

Feito prisioneiro, o general Santa Anna ordenou o recuo das tropas federais e assinou o tratado que reconhecia a independência, tratado este que o Senado recusou-se a ratificar. Os anos que se seguiram foram de graves tensões nas relações diplomáticas envolvendo todos aqueles com pretensões territoriais na região, desde México e Estados Unidos até França e Inglaterra.

Em abril de 1846, aproveitando-se de um incidente militar na fronteira, os Estados Unidos enviaram uma declaração de guerra ao Congresso mexicano. As forças federalistas no México tomaram a frente da reação e convocaram o general Santa Anna para conduzi-la. A guerra estendeu-se até meados de 1847, quando foi assinado um armistício. Nas negociações de paz, o México perdeu, além de definitivamente o Texas, o Novo México e a Alta Califórnia. Conseguiu salvar a Baixa Califórnia, que ficou incorporada ao estado de Sonora. Ao todo, perdeu metade do seu território, uma área de 2.400.000 quilômetros quadrados. Muitos expansionistas alinhados com o presidente democrata James K. Polk, eleito em 1844 com a promessa de anexar o Texas, manifestaram sua censura a Nicholas P. Trist, representante diplomático dos Estados Unidos nas conferências de paz encerradas. Os expansionistas consideraram o Tratado de Guadalupe Hidalgo, assinado em fevereiro de 1848, condescendente com o México. Ainda assim, Trist manifestou sua vergonha pela humilhação que as perdas territoriais impingiam aos derrotados. A postura que assumiu provocou sua demissão logo que encerrada a missão e depois da recusa do governo de Polk em cobrir as despesas de Trist no Texas.

Com o êxito da Revolução de Ayutla, em 1854, os liberais não tardaram a implementar as diretrizes do seu projeto de nação. Em 1855, a chamada Lei Juárez cancelou os privilégios jurídicos dos eclesiásticos. Em 1856, foi promulgada a Lei Lerdo, de autoria de Miguel Lerdo de Tejada, ministro do Desenvolvimento do presidente liberal Ignacio Comfорт. Determinava a “desamortização” dos chamados “bens de mão morta”, ou seja, o fim da restrição para que terras e imóveis, pertencentes a corporações, fossem transferidos a mãos privadas e comercializados como mercadoria. No caso da Igreja, estabelecia-se um prazo para que os imóveis rurais e urbanos pertencentes à corporação fossem comprados por seus inquilinos; passado o prazo legal, esses bens imobiliários poderiam ser adquiridos por outros interessados. No que diz respeito aos *pueblos*, a lei previa a divisão das terras comuns entre os habitantes da comunidade e a conversão dos novos lotes em propriedade privada. Buscava-se, assim, integrar os indígenas ao mercado, como pequenos proprietários produtores e consumidores de mercadorias, e à nação, como cidadãos individualizados.

A Lei Lerdo fez estremecer as imponentes estruturas da Igreja no México. A instituição cerrou suas fileiras contra o governo, aproximando-se de seus tradicionais aliados do Partido Conservador; defensores de um Estado Mexicano fiel ao legado colonial. Os liberais responderam com a radicalização de seu plano. Em 1859, decretaram a nacionalização dos bens eclesiásticos. Igrejas, mosteiros e outras riquezas patrimoniais foram confiscados pelo Estado, acirrando os confrontos armados e o recurso à violência.

A guerra civil obrigou Juárez, alçado à presidência da República em 1858, a abandonar a Cidade do México e a organizar um governo itinerante de resistência, que vagou de Veracruz a outros pontos ao norte do país. A luta recrudescu com a chegada, em 1864, de Maximiliano de Habsburgo, enviado ao país, sob a proteção de Napoleão III, como imperador do México. Um ano antes, Napoleão III ordenara a invasão do México pela França, em consórcio com Espanha e Inglaterra, a fim de cobrar dívidas não saldadas pelo governo juarista.

Os interesses da França em estender seu movimento de expansão imperial à América Latina articularam-se com a pressão de conservadores mexicanos enfiados na Corte de Napoleão. O arquiduque Maximiliano de Habsburgo, irmão do imperador austro-húngaro Francisco José I, o primogênito na linhagem dinástica, congratulou-se com a oportunidade de coroação como monarca de outro Império.

Mas o imperador importado pelo México frustrou as expectativas dos diplomatas do Partido Conservador. Maximiliano buscou implementar reformas que protegessem os súditos indígenas da ganância dos antigos senhores e escolheu permanecer no México mesmo após a retirada das tropas francesas, que lhe davam suporte. Terminou refém dos liberais, os quais jamais reconheceram a soberania do Império. Foi fuzilado por ordem de Benito Juárez, nos arredores da cidade de Santiago de Querétaro, em junho de 1867.

A derrota de Maximiliano significou a vitória das forças liberais. Benito Juárez restabeleceu-se na Cidade do México e o país ingressou em uma nova era de reformas modernizadoras. Porfirio Díaz, herói das campanhas de resistência contra os franceses, tornou-se presidente do país em 1876 após um bem-sucedido levante militar contra o presidente sucessor de Juárez, Sebastián Lerdo de Tejada. Ocupou o posto, com uma interrupção formal entre 1880 e 1884, até princípios de 1910, quando eclodiu a Revolução Mexicana.

Ciente das forças vulcânicas que os séculos de colonização espanhola haviam legado ao México independente, procurou selar a paz com a Igreja. Manteve as leis liberais que restringiam suas possibilidades de enriquecimento e proselitismo, mas permitiu, na prática, que a Igreja recobrasse vigor. Por essa razão, ao fim do Porfiriato, o confronto entre forças católicas e anticlericais provocaria um segundo ato do que aconteceria no México nas décadas de 1850 e 1860.

Nos primeiros tempos de seu governo, Porfirio Díaz também ofereceu uma tregua às comunidades. Embora a Reforma Liberal não tenha levado a um desaparecimento imediato dos *pueblos*, a ausência da proteção legal às terras comunitárias e a pressão pelo parcelamento dos lotes fragilizaram as populações camponesas. Ou seja, muitas comunidades perderam terras para cultivo e criação de rebanhos, seja pelo avanço de forasteiros ou de fazendas vizinhas sobre suas parcelas, seja por moradores que aceitaram vender a parte que lhes coube.

Mas o ritmo de desarticulação das comunidades variou drasticamente conforme a região. Entre outros fatores, a relativa ambiguidade da lei pesou em favor de sua continuidade. Em qualquer *pueblo* típico, os terrenos se dividiam em cinco partes: o fundo legal, espaço que compreendia o centro e a área habitada do povoado; o “ejido”, com suas terras de pastoreio, recreação e diversos usos públicos; as áreas para repartir, que constavam de parcelas individuais, possuídas em usufruto por membros do *pueblo*; os chamados próprios, terras trabalhadas em forma comunal para contribuir com os gastos da comunidade, e que muitas vezes eram arrendadas; e, finalmente, os montes e águas. O artigo oitavo da Lei Lerdo protegeu o fundo legal e o “ejido”. Em todos os outros quesitos, a teoria e a prática foram claras e irreversíveis, visando acabar com o “vício comunal”.

Além disso, a implementação da lei revelou-se tão complexa e deu margem a tantos abusos, que Benito Juárez chegou a congelá-la no estado de Oaxaca quando foi governador, entre 1856 e 1857. A ação de Benito Juárez somaram-se outras que indicavam uma falta de consenso entre os grupos dirigentes sobre como proceder. As disparidades se intensificaram durante a invasão francesa e a instauração do Império no México. Se Maximiliano de

Habsburgo ratificou as leis de desamortização dos bens de corporações civis, por outro lado ditou outras que restabeleceram o direito dos *pueblos*, como atores coletivos, a administrar e possuir terras. As comunidades souberam aproveitar as dissensões para aumentar seu poder de barganha.

Em muitas regiões, os *pueblos* foram capazes de incorporar, gradualmente, as novas ferramentas jurídicas introduzidas pela Reforma, pagando advogados e movendo processos para defender suas terras. Nesse sentido, por diferentes vias, empenharam-se em reagir aos efeitos da nova legislação e proteger suas terras e interesses. Como ocorria desde a época colonial, valeram-se de intermediários letrados para mover processos judiciais, pro-duzir petições e trocar correspondências com autoridades.

Foi também por essa via que Porfirio Díaz aproximou-se de muitos *pueblos* a partir dos anos 1870, oferecendo-lhes algum nível de proteção em troca de lealdade política. No povoado natal de Emiliano Zapata, Anenecuilco, no estado de Morelos, havia um clube porfirista que se dirigia por carta ao general solicitando que intervisse em sua defesa contra a fazenda vizinha El Hospital. A fazenda era acusada de espoliar terras reservadas a Anenecuilco. Porfirio Díaz parecia inclinar-se à proteção dos bens e direitos ancestrais das comunidades e foi reconhecido como um possível mediador dos conflitos agrários.

Todavia, à medida que se acelerava o processo de modernização econômica no México de fins do século XIX e princípios do século XX, graças à expansão da ferrovia, da estrutura portuária e da produção voltada ao mercado externo, o governo foi cada vez mais deixando o caminho aberto para o privilégio dos mais fortes. Às vésperas da Revolução Mexicana, somente 5% da superfície agricultável do país estava em posse de comunidades indígenas.

Também na Argentina, por outros caminhos, os processos de formação do Estado nacional e de modernização colocaram em xeque as formas sociais próprias das populações indígenas. Nesse país, as relações conflituosas tiveram um desenlace dramático a partir dos anos 1870, quando os liberais, na primeira metade do século XIX, conhecidos como unitários, tendo vencido seus opositores federalistas no plano interno, e o inimigo Paraguai no plano externo, puderam dedicar-se a resolver o problema indígena da forma como convinha. Ou seja, liberando o território ocupado pelas grandes Confederações por meio da guerra e do extermínio.

Nas décadas posteriores à independência, ondas imigratórias de índios araucanos, vindos do Chile, adensaram as populações indígenas estabelecidas na Argentina e contribuíram para transformar suas formas de vida.

A chegada dos araucanos iniciou um processo de mestiçagem com os Tehuelche, Pampa e Mapuche, e a desaparição do gado selvagem, criado livremente, levou os indígenas a utilizar cada vez mais os cavalos para atacar os núcleos *criollos*, saquear o gado e sequestrar especialmente as mulheres. A ação militar favorecia a centralização política, a hierarquização e o surgimento de prestigiados caciques, como Paghitrutz Guor, na Confederação de Leuvucó, na região de Córdoba, e Juan Calfucurá, na Confederação de Salinas Grandes, nos pampas ao sul Buenos Aires.

Em 1833, o jovem Calfucurá deixou a Araucânia, no atual Chile, para empreender a travessia da Cordilheira dos Andes rumo ao centro econômico dos pampas, a região das Salinas Grandes, encruzilhada de importantes rotas de comércio, onde se podiam trocar mercadorias.

Ao chegar lá, encontrou um cenário desolador. As tropas de Juan Manuel de Rosas acabavam de partir da região, depois de enfrentarem o cacique que a controlava. Calfucurá aproveitou a fragilidade da antiga liderança política para afirmar seu poder sobre Salinas Grandes.

A região era vital para a economia de Buenos Aires, que necessitava do sal que de lá se extraía para a produção de charque e de couro. Juan Calfucurá soube beneficiar-se do comércio com os portenhos para engrandecer seu prestígio e sua riqueza, base da Confederação que se formou, sob seu comando. Mantinha com caciques menores uma relação de aliança militar e política, mobilizada nas ações de invasão a fazendas de gado, de defesa dos territórios indígenas e de transações comerciais.

O poderio de Calfucurá sofreu um primeiro revés em princípios de 1852, ano da queda do governador de Buenos Aires e principal autoridade política das Províncias Unidas do Rio da Prata, Juan Manuel de Rosas. Na nova configuração política, Buenos Aires assumiu uma postura mais beligerante em relação à Confederação de Salinas Grandes, embora continuasse obrigada a negociar com os índios para obter sal.

Juan Calfucurá aproximou-se da Confederação Argentina presidida por Justo José Urquiza, com sede na cidade de Paraná, na província de Entre

Rios. Até 1861, ano da derrota de Urquiza pelas forças portenhas, a Confederação controlou todas as províncias do país, com exceção de Buenos Aires.

Embora a aliança com Urquiza parecesse mais estratégica, Calfucurá, assim como outros grandes caciques do período, soube blefar e negociar com ambos os lados *criollos* em disputa, utilizando para isso informações estratégicas acerca das outras confederações indígenas. Ou seja, passava aos *criollos* informações, verdadeiras ou não, sobre ataques que estariam sendo preparados por outras confederações. Dessa forma, dava mostras de sua lealdade para selar a confiança, fosse de Urquiza ou dos portenhos.

Em meio às permanentes negociações, os índios comercializavam com os *criollos* e tratavam de incorporar à sua cultura os “benefícios da civilização” — enviando os filhos dos caciques à escola, demandando a aprendizagem de táticas de guerra e de técnicas de trabalho. Os termos da cooperação eram registrados em tratados de paz, formalmente assinados por cada uma das partes envolvidas, ao mesmo tempo que as trocas culturais e de produtos aconteciam de forma espontânea nas chamadas “zonas de contato”.



Anônimo, 1884

Manuel Namuncurá, principal herdeiro do cacicado de Juan Calfucurá, com sua família, em 1884. O cacique está sentado em trajes militares, ao lado de duas de suas mulheres e da irmã.

A assinatura de tratados era precedida por uma farta troca de correspondências. As cartas enviadas por Juan Calfucurá às autoridades *criollos* valiam-se de cuidadosos recursos retóricos. As estratégias epistolárias envolviam o cuidado de apresentar-se como um interlocutor à altura, reco-

nhecendo a autoridade e as formalidades dos regimes *criollos* para afirmar também a sua. O mesmo cuidado valia para afirmar-se como interlocutor legítimo frente aos caciques menores dos quais se colocavam como representantes e frente aos militares *criollos*.

De forma semelhante, quando em 1870 o então comandante da fronteira sul, Lucio Mansilla, foi incumbido da missão de estender a fronteira da Argentina *criolla* do chamado Rio Cuarto ao chamado Rio Quinto, localizado mais ao sul, visitou a Confederação de Leuvucó, dos índios ranqueles, com o objetivo de propor um tratado de paz. A viagem foi a origem do clássico livro escrito por Mansilla, *Una excursión a los indios ranqueles*. Ao mesmo tempo que desejava registrar a vida dos ranqueles, Mansilla narra as estratégias que ele e os índios utilizaram nas negociações que estavam realizando.

Em determinado momento, o cacique Paghitruz Guor, catequizado e alfabetizado na fazenda de Juan Manuel Rosas, também conhecido por seu nome cristão Mariano Rosas, surpreende Mansilla ao lhe mostrar um recorte do jornal *La Tribuna* de Buenos Aires anunciando os planos do governo de fazer passar a grande linha do trem interoceânica em terras ranqueles. Guardado na caixa de pinho entre vários outros documentos — cartas, notas oficiais, outros periódicos —, o texto contrariava as palavras do comandante, de que o governo compraria as terras, mas que elas continuariam em mãos dos índios. Mansilla afirmou ter, naquele momento, se sentido muito confuso e que poderia ter previsto tudo, menos o argumento que acabava de lhe ser apresentado. Lideranças unitárias e federalistas se empenharam em assinar tratados de paz com os caciques das confederações indígenas. A unitários e federalistas interessava assinar tratados para buscar conter os *malones*. Para uns e outros, entretanto, a política de paz coexistiu com a criação de estratégias militares para intimidar os indígenas.

Com o fim da Confederação Argentina em 1861, com a vitória de Bartolomeu Mitre sobre a Confederação de Urquiza e a afirmação da hegemonia política de Buenos Aires sobre o país, diminuíram também as possibilidades de se manear as alianças duvidosas e provisórias que fortaleciam os caciques. Uma década mais tarde, terminada a Guerra do Paraguai, os dirigentes portenhos usariam a experiência militar adquirida e o suporte da economia agroexportadora para liquidar o “problema indígena” nas chamadas Campanhas do Deserto.

GUERRA COM O PARAGUAI

A guerra entre a Triplíce Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai – e o Paraguai se iniciou em 1864 e se estendeu até 1870.

No Brasil, durante muito tempo, a historiografia afirmou que Francisco Solano López, chefe de Estado do Paraguai, fora o responsável direto pela origem da guerra, tendo em vista sua ambição excessiva. Considerado um despota, ele precisava ser derrotado. A partir da década de 1960, surgiu outra interpretação que culpava o imperialismo britânico por fomentar a guerra a fim de destruir a suposta autonomia econômica do Paraguai. Nesse sentido, tanto o Brasil quanto a Argentina teriam sido meros fantoches a serviço do capitalismo britânico, que se constituiria no único vencedor do conflito.

Acompanhamos a perspectiva do historiador Francisco Fernando Doraito, que entende a guerra como parte do processo de consolidação dos Estados nacionais da região. A livre navegação dos rios Paraná e Paraguai era fundamental para o Império Brasileiro, única entrada para a Província de Mato Grosso. A Argentina, desde a independência, tinha a aspiração de formar uma grande nação com a incorporação do Uruguai (independente do Brasil em 1828) e do Paraguai, cuja independência só foi reconhecida por este país em 1852. Mata-se, portanto, de uma relevante questão geopolítica.

Por razões políticas conjunturais entre os partidos *Blanco* e *Colorado* no Uruguai e os eventuais apoios externos a esses conflitos, a guerra começou e durou muito mais tempo do que qualquer dos envolvidos imaginava. O país que enviou mais tropas ao campo de batalha foi o Brasil, que contou, entre elas, com um enorme contingente de escravos negros. A presença argentina foi menos expressiva, especialmente nos últimos anos, e a participação uruguaia foi pequena. As batalhas terrestres e navais foram sangrentas e seus comandantes foram mortos algumas vezes. A guerra só terminou com a captura e morte de Solano López em 1870.

Houve sempre muita controvérsia em relação ao número de mortos na guerra, em especial os relativos aos paraguaios. Não temos estatísticas seguras que confirmem as hipóteses levantadas. No caso brasileiro, o mencionado historiador Doraito concorda com o visconde de Ouro Preto, para quem foram 50 mil os mortos em combate ou em virtude de doenças. O número de mortos no Paraguai é muito incerto e de difícil cálculo. Assim, entre militares e civis, estima-se que tenham desaparecido entre 50 mil e 200 mil paraguaios.

As consequências da guerra foram devastadoras para o Paraguai, que perdeu um número elevado de homens, teve sua economia destruída e passou a sofrer a ingerência do Brasil e da Argentina em suas questões internas.

Na Argentina, fortaleceu-se o Estado nacional e as últimas rebeliões de caudilhos foram derrotadas. A guerra com o Paraguai foi também importante porque forneceu a essa geração de militares o conhecimento prático de novas técnicas e estratégias posteriormente utilizadas na guerra de extermínio contra os indígenas.

A guerra com o Paraguai, no Brasil, fortaleceu o Exército, anunciou o fim da escravidão e gerou muito descontentamento interno, contribuindo para a derrubada da Monarquia e a proclamação da República liderada pelo marechal Deodoro da Fonseca, militar que lutara no Paraguai.

Diante de um Exército agora mais experiente e mais bem armado, Calfucurá convocou as outras etnias dos pampas argentinos e da Araucânia para formarem uma grande aliança e realizar novos *malones*. Os índios dependiam do gado saqueado para mover sua economia, e por isso precisavam encontrar formas de manter a atividade na nova conjuntura. Em 1870, Calfucurá liderou um vultuoso e bem-sucedido ataque à vila e às fazendas da região de Bahía Blanca.

Dois anos mais tarde, desejando repetir a façanha, dois mil guerreiros indígenas conduziram-se à região de San Carlos. Ao fim de três dias, deixando em seu rastro fazendas arrasadas, tomaram o caminho de volta, levando a impressionante quantidade de 70 mil vacas, 16 mil cavalos e um número incontável de ovelhas. Todavia, foram surpreendidos pela ofensiva do Exército.

A rapidez da informação via telégrafo foi vital para a organização deste contra-ataque, e a força e agilidade dos novos rifles foi fundamental para selar a vitória *criolla*. Derrotados, os indígenas se retiraram desorganicamente rumo a Salinas Grandes.

Em fins de maio, contudo, Calfucurá contraiu uma pneumonia. Faleceu aos 83 anos, no dia 3 de junho de 1873. Ao seu enterro foram mais de 2 mil indígenas, caciques e representantes das mais diferentes confederações e etnias. Em 1879, sua tumba e seus arquivos pessoais foram encontrados pelas tropas expedicionárias das Campanhas do Deserto. Estanislao Zeballos levou o crânio de Calfucurá ao Museu de La Plata.

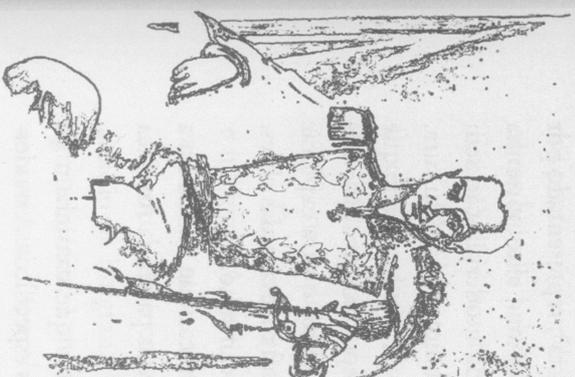
Em 1875, Adolfo Alsina, então ministro da Guerra e da Marinha, concebeu o projeto de abertura de um fosso de mais de 400 km de extensão

– a chamada *zanja*, para usar o termo em espanhol – com vista a proteger a capital do país dos *malones* indígenas. Uma vez pronta, a *zanja* aberra por Alsina teve êxito. Para que fossem capazes de transpô-la a cavalo, os indígenas adotaram a tática de criar passagens preenchendo a vala com centenas de ovelhas mortas, tocando fogo em terreno próximo para que pudessem localizar a “ponte” quando retomassem do ataque. A fumaça, entretanto, servia de alerta aos militares *criollos*, que saíram à caça. Ao longo de 1876 e 1877, diversas *tolderias* – os acampamentos indígenas – foram atacadas pelo exército. Na madrugada de 14 de novembro de 1877, foi a vez da *tolderia* de Juan José Carril cair. O cacique e seu irmão Marcelino conseguiram fugir mas, um ano depois, acabaram presos na ilha de Marín García.

Os sucessos de Adolfo Alsina, completados por seu sucessor no ministério e futuro presidente da República, Julio A. Roca, liberaram parcelas de território cobijado pelas oligarquias agrárias das províncias de Buenos Aires e Santa Fé, reunidas sob a *Sociedad Rural Argentina*, principal organizadora do repartimento de terras conquistadas, a partir de 1876. Conforme planejado, ao fim das campanhas do deserto, a fronteira *criolla* alcançara o rio Negro.

Como escreveu, em 1876, Alfred Ébelot, um engenheiro francês que viveu em Buenos Aires nesses anos, como correspondente da prestigiada revista parisiense *Revue des deux mondes*: “[...] em poucas etapas, nós chegaremos ao rio Negro. Trata-se de uma barreira natural que os índios do sul, que não sabem nadar ou navegar, dificilmente conseguirão transpor. [...] A questão indígena ficará então resolvida por muito tempo. Queira o céu que uma política bem pensada e prática complete a obra ao favorecer a valorização de milhares de metros quadrados assim conquistados à civilização.”

As “campanhas do deserto” asseguraram, pela via do extermínio e do confinamento dos grupos indígenas, a vitória do Estado e da dita “civilização” sobre essa indesejada parcela da população nacional. A escrita de cartas, a leitura de jornais, os tratados de paz serviram à ação política enquanto houve espaço para negociar. Ao final, triunfaram as armas.



Educação e cidadania nos mundos rural e urbano

Em 1905, a “Biblioteca de La Nación”, a primeira coleção de livros editada na Argentina para o grande público, lançou o romance *Stella*, escrito, sob pseudônimo masculino, por Emma de la Barra. A obra se revelou um retumbante sucesso editorial.

Stella contava a história de duas irmãs criadas na Noruega e recém-estabelecidas na terra natal de sua mãe, Buenos Aires. Encontraram a cidade mergulhada em um turbilhão de transformações que a chegada dos liberais ao poder, na década de 1860, havia ajudado a desencadear.

Órãs desde a morte em um naufrágio de seu pai, o naturalista de origem norueguesa Gustavo Fussler, as duas irmãs instalaram-se em Buenos Aires na casa de seu tio, D. Luís Maura Sagasta. Teve início, então, nessa convivência,